

## Quem disse ?

«Uma reforma fiscal séria e justa só existirá se o objectivo for, não o de garantir mais receitas para o Estado, mas sim mais justiça no sistema. Que todos paguem e que cada um pague segundo as suas possibilidades e de acordo com a origem dos seus rendimentos.»

**Miguel Sousa Tavares**

*Público, 4 de Setembro*

**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

Nº986 10 SETEMBRO 1998 100\$ - 0,5€

**ACÇÃO SOCIALISTA**

Director Fernando de Sousa Director-adjunto José Manuel Viegas

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Proposta na concertação social

### Governo alarga subsídios de desemprego

Com as sucessivas descidas da taxa de desemprego em Portugal, tornou-se agora possível ao Governo tomar medidas para proteger de forma ainda mais eficaz os cidadãos sem trabalho. Assim, o Executivo liderado por António Guterres decidiu antecipar a reforma de todos os desempregados com mais de 55 anos, desde que à data em que ficou sem ocupação o beneficiário tenha 20 anos de carreira contributiva.

Esta é uma das principais medidas que constam de um anteprojecto de decreto-lei entregue na terça-feira aos parceiros sociais e no qual também se alarga o tempo de pagamento do subsídio de desemprego, sendo ainda concedidas importantes bonificações para os desempregados de longa duração com mais de 45 anos.

Os prazos do subsídio de desemprego são igualmente alargados, permitindo aos beneficiários com menos de 30 anos ter acesso à retribuição durante um ano, quando actualmente esse período estava compreendido entre os 10 e os 12 meses. Os cidadãos entre os 30 e os 40 anos, por seu turno, passarão a receber o subsídio por um período de 18 meses, em vez dos actuais 15 a 18 meses. A partir dos 40 anos, até aos 45, o subsídio será atribuído durante dois anos, prolongando-se assim em 90 dias.

O anteprojecto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, também torna possível ao desempregado acumular as prestações de desemprego com um horário de trabalho a tempo parcial. Com esta atitude, o Governo socialista pretende incentivar os desempregados a encontrar um novo posto de trabalho, ainda que com um ordenado menor. O valor deste novo apoio financeiro corresponderá à diferença entre o montante do subsídio de desemprego acrescido de 25 por cento deste valor e o da remuneração por trabalho a tempo parcial.



As federações do Partido Socialista das regiões de Entre Douro e Minho e de Lisboa/Setúbal estiveram reunidas domingo passado no Centro Cultural de Belém. No final do encontro, ficou a prova de que são os anti-regionalistas quem procura fomentar as rivalidades entre Lisboa e o Porto. Para o PS, as duas áreas metropolitanas do País representam lógicas complementares de desenvolvimento e podem contribuir decisivamente no combate à desertificação das zonas do interior do território nacional.

## Regionalização

### As inverdades da direita radical



Os socialistas acusam os líderes do PSD e do CDS/PP de estarem a tentar lançar a confusão no debate sobre a regionalização, proferindo falsidades e lançando fantasmas que nada têm a ver com a realidade. Em termos históricos, é preciso lembrar que a regionalização está prevista na Constituição desde 1976. E que a lei-quadro desta reforma foi aprovada por unanimidade, na Assembleia da República, em 1991. Por isso, impõe-se confrontar os dirigentes da direita radical com as razões que os levam agora a ser contra esta reforma, quando já foram a favor dela no passado.

## Reunião do PSE

### Guterres preocupado com vazio de estratégia e projecto na UE



O primeiro-ministro, António Guterres afirmou ontem em Aveiro, na reunião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu (PSE), estar preocupado com o vazio de estratégia, projecto e liderança na União Europeia. «Existe hoje um vazio de projecto, de estratégia e de liderança, que se tem agravado com algum enfraquecimento da capacidade de iniciativa das instituições europeias e um agravamento nos últimos tempos do que é a expressão de egoísmos nacionais».



## Guterres até 2003

No comício de Faro, António Guterres veio tirar as dúvidas aos mais cépticos, que acreditavam na possibilidade dele vir a aceitar um qualquer lugar na Europa, ao afirmar que «deseja reapresentar-se como candidato aos portugueses» nas eleições legislativas do próximo ano.

Negando a existência e o gosto por qualquer «tabu» a seu respeito, o primeiro-ministro justificou a sua opção em ficar à frente do Governo até 2003, com a necessidade de concretizar o «projecto para a viragem do século e início do próximo». Projecto este, que definiria como sendo «mobilizador da sociedade portuguesa» no sentido de fazer o nosso país vencer o atraso secular que nos tem separado do centro da Europa.

Para isso é necessário que Portugal encete urgentemente um conjunto de reformas tendentes a aproximar-se do nível e qualidade de vida dos países modernos do centro da Europa. Essas transformações passam pela educação e formação profissional, pela criação de mais e melhor emprego e, sobretudo, por uma profunda reforma da organização do Estado que permita colmatar a grave fractura que se está a cavar na sociedade portuguesa e que tem vindo a dividir o País em litoral e interior.

A excessiva litoralização tem levado a uma gradual, mas permanente, desertificação humana, económica, social e cultural do interior com todas as consequências que daí advêm. Portugal deve ser um todo, um País uno e equilibradamente desenvolvido. A regionalização é, independentemente das querelas metodológicas/fronteiriças, a reforma que poderá fazer Portugal ultrapassar o atraso em que o centralismo político nos mergulhou.

Para que Portugal prossiga o caminho da modernidade e do desenvolvimento equilibrado e sustentado que tem vindo a percorrer nos últimos anos, é fundamental termos uma nova orgânica interna que estanque a sangria de trabalhadores e quadros que se tem verificado para as principais cidades do litoral. Torna-se para isso necessário desenvolver o interior, criando atractivos e qualidade de vida para que as populações se fixem, para que a indústria os serviços e agricultura floresçam.

A criação das regiões administrativas do Partido Socialista defende, como prioridade política e como um processo democrático de redistribuição territorial da iniciativa e da participação dos cidadãos, visa definitivamente a aproximação dos centros de decisão às populações de acordo com o princípio da subsidiariedade.



## JOÃO JARDIM INSULTA JS DA MADEIRA

Em 1980, o défice democrático na Madeira dava os primeiros passos, bem como o défice de urbanidade de Alberto João Jardim, que se tem vindo a agravar com o decorrer dos anos.

O «Acção Socialista» de 4 de Setembro de 1980 noticiava que Alberto João Jardim já nessa altura se comportava como um homem mal-educado, mais parecido com «o líder típico de uma república sul-americana» do que com um político civilizado «de perfil europeu».

Segundo o órgão oficial do PS, partido de projecto e de militantes, «certas afirmações do senhor Alberto João Jardim seriam muito graves se não saíssem da boca de um indivíduo que há muito apresenta todos os sinais de um político de opereta - que parece não ter outro objectivo na vida senão o do que rivalizar com o *ubuesco* Idi Amin Dada - o deposto ditador do Uganda - e dar largas ao seu exibicionismo doentio».

O destaque nesta edição ia, no entanto, para uma conferência de Imprensa da FRS, na qual Mário Soares alertava que, face ao controlo da informação pelo Governo da AD, as eleições livres estavam em perigo.

O «AS» publicava ainda um manifesto da

FRS com 25 medidas de Governo. Tratava-se de um conjunto de medidas em várias áreas em que estava bem patente uma filosofia de esquerda. **J. C. C. B.**

4 de Setembro

### Quem disse?

«O Governo AD está ao serviço dos ricos, e o País precisa de um Governo que se coloque ao serviço de todos os portugueses.»

**Mário Soares**



## Arte rupestre: Eurico Figueiredo premiado

O deputado Eurico de Figueiredo recebeu, no dia, 7 em Vila Real, o prémio da Federação Internacional das Organizações de Arte Rupestre (IFRAO), pelo trabalho desenvolvido na defesa das gravuras do Vale do Côa.

Eurico Figueiredo afirmou que o seu maior mérito «é ser suficientemente irresponsável para ser um político de alto potencial de risco».

O parlamentar socialista recordou que foi «o primeiro defensor da interrupção da baragem de Foz Côa» e que coordenou «todos os aspectos políticos do processo», que culminou com a paragem definitiva das obras.

«O mais importante para a nossa civilização é a capacidade de preservar», salientou o deputado, considerando que este prémio não foi ganho «por nenhuma entidade concreta», mas sim «por toda a comunidade científica internacional».

O prémio da IFRAO foi entregue ao deputado na cerimónia de abertura do «Congresso Internacional de Arte Rupestre», que esta a decorrer até sábado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O congresso reúne mais de 300 participantes de 40 países, destacando a organização de entre as várias iniciativas a apresentação de um estudo sobre descobertas recentes de arte rupestre em Timor-Leste.

## Teste do HIV gratuito e anónimo

Um Centro de Testes Voluntários Confidenciais e Anónimos do HIV criado pela Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso vai começar a funcionar a 17 de Setembro em Lisboa.

Evitar o alastramento da Sida é o objectivo da criação deste centro, um projecto subsidiado pela Comissão Nacional de Luta Contra a Sida (CNLCS), afirmou a presidente do conselho de Administração da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, Louise da Cunha Teles.

Feito o teste, enquanto um resultado negativo pode ajudar à adopção de comportamentos que evitem a infeção, um resultado positivo permitirá a procura atempada de vigilância de saúde e tratamento adequados, referiu Louise da Cunha Teles.

O serviço oferecido pelo Centro inclui uma entrevista pré-teste, o próprio teste e uma entrevista pós-teste. O teste do HIV efectuado no Centro, além de gratuito, é anónimo porque não é pedido qualquer documento.

## Homenagem a José Pinhão

José Pinhão, um homem de coragem, ribatejano de alma e coração, linha sempre uma palavra de amigo, uma piada na boca, um optimismo contagiante. Faleceu em 1988, em Alpiarça. Desde então, um grupo de amigos e militantes socialistas realiza, a 13 de Setembro uma homenagem à campã deste lutador antifascista, completando o ritual com um almoço/convívio que tem vindo a contar, todos os anos, com novas adesões. Este ano, a designada "tendência soarista" espera a presença de 120 pessoas, entre as quais algumas personalidades com posições na Sociedade, no País e no Partido. João Soares, que lidera os "soaristas" desde 1987, actualmente presidente da Câmara Municipal de Lisboa e presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, decerto que aproveitará a homenagem para transmitir um sinal positivo de mobilização nacional no sentido do SIM na campanha do referendo sobre a Regionalização.

José Miguel Noras, presidente da Câmara Municipal de Santarém, Silvino Sequeira, presidente da Câmara Municipal de Rio Maior e o anfitrião, Joaquim Rosa do Céu, presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, marcarão presença neste convívio. Entre muitos, esta homenagem contará com os deputados Acácio Barreiros, José Mendes, Fernando de Sousa e Nuno Baltazar Mendes, estando confirmadas as presenças de Joshua Ruah, presidente da Comunidade Judaica, André Magrinho,



assessor de Economia do primeiro-ministro, José Vieira Marques e Leonel Fadigas, administradores da Empresa para a Modernização de Lisboa, Carlos Frazão, administrador da CP Cipriano de Oliveira, presidente da administração do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso, Rui Cunha, secretário de Estado da Inserção Social, José Manuel Marques, presidente do Parque Natural de Sintra e Cascais, Rui Pedro Soares, da Direcção da Juventude Socialista, e Sérgio Cintra, presidente da Concelhia de Lisboa da Juventude Socialista, bem como António Morais, presidente do Gabinete de Estudos da Concelhia de Lisboa.

No plano interno, este encontro poderá representar a reorganização da "tendência soarista", tendo em conta a realização do Congresso Nacional em Janeiro próximo, sendo que 1999 será ano de eleições para o Parlamento Europeu e para as Legislativas.

LISBOA/PORTO

Seis federações do PS concluem

## REGIONALIZAÇÃO É UM PASSO PARA APROXIMAR O LITORAL E O INTERIOR

**As federações do Partido Socialista das regiões de Entre Douro e Minho e de Lisboa/Setúbal estiveram reunidas domingo passado no Centro Cultural de Belém. No final do encontro, ficou a prova de que são os anti-regionalistas quem procura fomentar as rivalidades entre Lisboa e o Porto. Para o PS, as duas áreas metropolitanas do País representam lógicas complementares de desenvolvimento e podem contribuir decisivamente no combate à desertificação das zonas do interior do território nacional.**

**J**oão Soares, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, leu as conclusões da reunião, onde se refere que as seis federações do PS, que integram as futuras regiões de Entre Douro e Minho e Lisboa/Setúbal, estão preparadas e empenhadas para travar «um vivo e decisivo debate» na campanha pelo «sim» à regionalização. Tendo ao seu lado o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, bem como Jorge Coelho e Narciso Miranda, líderes das federações socialistas de Lisboa e do Porto, João Soares começou por criticar o estilo «demagógico e desorientado» de Marcelo Rebelo de Sousa sempre que se pronuncia sobre regionalização. Pela parte das seis federações do PS, o propósito é assinalar que a vitória do «sim» no referendo «tornará clara e visível a solidariedade e determinação que as une neste combate que vai ditar o futuro da regionalização e, consequentemente, da descentralização do País».

«As regiões de Lisboa/Setúbal e de Entre Douro e Minho têm a particularidade de se organizarem em torno das duas principais cidades do País que, por sua vez, polarizam dois sistemas urbanos de considerável dimensão à escala europeia», refere o comunicado final do encontro que ainda salienta que, «ao contrário do que alguns radicalismos possam tentar fazer crer, estas seis federações querem sublinhar que estas duas grandes regiões, tendo vocações diferentes, são complementares e fundamentais para o desenvolvimento do País como um todo».

### Lógicas complementares

A este propósito, Fernando Gomes não hesitou em acusar os anti-regionalistas de estarem a tentar «agigantar os conflitos entre Lisboa e o Porto», duas cidades com «lógicas» complementares e não rivais. Todavia, como se realça no comunicado, «para que essas diferentes aptidões possam ser plenamente potenciadas, é indispensável que o País se dote de um sistema político-administrativo em que os seus



diversos espaços económicos, culturais e sociais tenham expressão, criando-se, assim, as condições que permitam pilotar as estratégias de desenvolvimento específicas de cada região, quer a nível nacional quer a nível internacional».

No caso da Região de Entre Douro e Minho, os dirigentes federativos socialistas são peremptórios em reconhecer as suas «condições excepcionais para desenvolver as inter-relações económicas e culturais com outras regiões, numa posição não de dependência, mas, pelo contrário, de influência, que ajude a equilibrar os novos fenómenos de deslocação do poder e da riqueza, desencadeados pela integração europeia no espaço ibérico». A Região de Lisboa e Setúbal, por seu turno, reúne «todas as condições para se afirmar como um pólo de desenvolvimento no quadro ibérico e europeu, capitalizando, a favor do País, o prestígio e dinamismo de Lisboa como importante capital europeia».

Assumir a complementaridade entre estas duas grandes regiões e aproveitar, com racionalidade, o seu potencial é, acima de tudo, «um imperativo nacional, pelo que o mesmo significa de contributo estratégico, quer para o reforço da competitividade da economia do país, quer para o projecto de desenvolvimento integrado e solidário de todo o território nacional».

De resto, segundo os dirigentes do PS presentes na reunião, «o pleno desenvolvimento das regiões de Lisboa/Setúbal e Entre Douro e Minho tem de assentar num quadro de profunda solidariedade nacional». Solidariedade, acrescentam, «que a criação das regiões administrativas permite reforçar».

### Solidariedade com o interior

Na mesma reunião, no Centro Cultural de Belém, as seis federações socialistas rea-

firmaram ainda a «profunda convicção de que a instituição das regiões administrativas poderá dar um inestimável contributo para atenuar o dualismo entre o litoral e o interior, e entre as áreas urbanas e suburbanas, aumentando a coesão nacional».

No entanto, o PS nunca procurará iludir os

portugueses e, por isso, também se salienta que a atenuação de diferenças entre o Litoral e o Interior «é um combate de fôlego para toda uma geração. A instituição das regiões constitui um passo nessa grande caminhada, materializando as mudanças institucionais ao nível da reforma do Estado, sem as quais tudo será mais difícil».

O comunicado final da reunião refere, ainda, que a regionalização, «com tudo o que ela significa em termos de descentralização e de aproximação dos centros de decisão dos cidadãos, será uma peça importante de toda uma estratégia de desenvolvimento harmonioso e solidário do território nacional que, num momento em que se abre à Europa e reforça os seus laços na Península, tem de se virar para o seu interior, não descurando os seus grandes polos de desenvolvimento actuais».

Faça a estas posições, as seis federações socialistas das futuras regiões de Entre Douro e Minho e Lisboa/Setúbal «manifestam a sua confiança num Portugal mais forte e unido, solidário e coeso, porque democraticamente administrado e regionalizado». Apelam, por isso, «aos cidadãos das suas áreas de intervenção e de todo o país que dêem ao «Sim» a vitória no próximo referendo de 8 de Novembro».

LEIRIA

Região da Estremadura e Ribatejo

## POSIÇÃO DO PSD É «INSUSTENTÁVEL»

O deputado Jorge Lácio considerou «insustentável» a posição desfavorável do PSD sobre a regionalização, visto que a Lei-Quadro das Regiões «foi aprovada por unanimidade em 1991, quando aquele partido era maioritário no Parlamento». Jorge Lácio, que falava, terça-feira, em Fátima, no final de uma reunião da Comissão Pró-Região da Estremadura e Ribatejo, no âmbito das Federações Distritais de Leiria e Santarém do PS, disse sentir «dificuldade em compreender a posição do PSD, do ponto de vista da seriedade política».

«O PS, na campanha para o referendo, vai apostar numa linguagem de verdade e de rigor que, infelizmente, não sentimos que seja a dos partidos da oposição relativamente a esta matéria», afirmou o ex-líder do Grupo Parlamentar do PS, acrescentando que a criação da região da Estremadura e Ribatejo «será uma oportunidade histórica para os distritos de Leiria e Santarém».

Na reunião, que contou com a presença dos presidentes das duas Federações Distritais, José Miguel Medeiros, de Leiria, e Carlos Cunha, de Santarém, do governador civil de Leiria, Carlos André, e do presidente da Câmara Municipal de Rio

Maior, Silvano Sequeira, ficou definida a preparação de uma declaração conjunta das duas estruturas, a difundir pelos eleitores, tendo sido a redacção final incumbida aos deputados Henrique Neto e Jorge Lácio.

Foi, igualmente, anunciada a realização na Batalha, em data a definir, de uma Convenção Regional com a participação de António Guterres, estando, entretanto, confirmada a realização em Santarém, em 4 de Outubro, de um Encontro Nacional de Autarcas Socialistas sobre a regionalização.

Carlos Cunha garantiu que a grande aposta, em termos de campanha eleitoral, será o contacto com os eleitores, «uma vez que a esmagadora maioria dos cidadãos não se sente informada», devendo «ser assumida uma postura pedagógica».

Por seu turno, José Miguel Medeiros mostrou-se convicto da «facilidade» da campanha para os socialistas, «com base num argumentário de verdade», assentando na ideia-força de que «a regionalização será uma batalha contra a burocracia e o centralismo».

A Comissão Pró-Região da Estremadura e Ribatejo volta a reunir, nas próximas semanas, na cidade de Leiria.

## AS INVERDADES DA DIREITA RADICAL

**Os socialistas acusam os líderes do PSD e do CDS/PP de estarem a tentar lançar a confusão no debate sobre a regionalização, proferindo falsidades e lançando fantasmas que nada têm a ver com a realidade. Em termos históricos, é preciso lembrar que a regionalização está prevista na Constituição desde 1976. E que a lei-quadro desta reforma foi aprovada por unanimidade, na Assembleia da República, em 1991. Por isso, impõe-se confrontar os dirigentes da direita radical com as razões que os levam agora a ser contra esta reforma, quando já foram a favor dela no passado. E, mais grave em termos de coerência política, sendo Marcelo Rebelo de Sousa um regionalista convicto, que justificação credível apresenta para mudar de opinião.**



pios e as freguesias, não têm essa capacidade. O poder tributário continuará a ser da competência da Assembleia da República.

Por outro lado, é igualmente preciso deixar bem claro que as regiões unem os portugueses. Em primeiro lugar, o País já está organizado administrativamente em 18 distritos, que nunca dividiram o povo português. Só que, esta divisão já não se revela adequada à realidade de hoje. Portugal precisa de se organizar de forma a tornar-se mais desenvolvido e preparado para competir com os outros países europeus. Assim, com a criação das regiões administrativas, do interior ao litoral, do norte ao sul, as decisões sobre investimentos públicos em cada zona do País passam a ser mais rapidamente tomadas, reduzindo-se a burocracia. Cada região terá voz própria na defesa dos seus interesses, o desenvolvimento do país será mais equilibrado e isso, sem dúvida, que contribuirá para o reforço da coesão nacional.

**A experiência europeia**

Até ao referendo de dia 8 de Novembro, os socialistas vão lembrar que países mais pequenos do que Portugal, dentro da União

Europeia, como a Bélgica, a Holanda e a Irlanda, estão regionalizados. A Áustria, a Irlanda e a Suécia têm menos habitantes do que Portugal e estão regionalizados. Ou seja, a regionalização não tem nada a ver com a dimensão de cada país, nem com o seu peso populacional.

No entanto, uma das mentiras mais vezes proferidas pelo PSD e pelo CDS/PP é aquela que a regionalização provocará um acréscimo significativo de cargos políticos. Não é verdade. Cada região terá uma junta regional (com cinco ou sete membros, num total de 44 elementos em todo o país) e uma assembleia regional (com 46 ou 61 membros). Quem fizer parte das assembleias regionais, tal como acontece nas assembleias municipais, não receberá salário, mas apenas senhas de presença por cada reunião em que participe, num máximo de 24 reuniões por ano.

Em suma, tratam-se de estruturas muito leves e que contarão com o apoio de parte dos actuais funcionários das comissões de coordenação e dos governos civis. Aliás, a este propósito, importará frisar que o número total de membros a criar com as regiões administrativas é inferior ao número de membros que terão lugar se todos os novos concelhos propostos pelo PSD e pelo CDS/PP vierem a ser aprovados.

**Mais fortes em Bruxelas**

Outro dos argumentos avançados por Paulo Portas e por Marcelo Rebelo de Sousa reside na ideia de que as regiões irão agravar as contas públicas. Proposta pelo PSD, a lei-quadro prevê o financiamento das regiões essencialmente mediante transferências do Orçamento de Estado, com recurso à celebração de contratos programa, o produto de taxas cobradas por serviços prestados e o recurso controlado ao crédito. Ou seja, a participação das regiões nas receitas do Estado é definida pelo Orça-

mento aprovado na Assembleia da República e está subordinada ao princípio da solidariedade nacional. Por outras palavras, está subordinada ao princípio da compensação das insuficiências das regiões menos desenvolvidas.

Como atribuições, as regiões continentais terão sobretudo funções de planeamento, estabelecimento de prioridades de investimento público de interesse regional, de incentivo ao desenvolvimento e de promoção da imagem da respectiva área geográfica. É falso, no entanto, que as novas autarquias retirem poderes aos municípios. Pelo contrário, todas as competências das regiões serão transferidas da Administração Central. Além disso, os municípios verão reforçados os seus poderes, já que, tanto os socialistas, como o Governo, têm prontas iniciativas legislativas para esse efeito. Entre outros exemplos, de referir que a lei-quadro das autarquias (já aprovada na generalidade) prevê a transferência de competências para os municípios em 17 domínios. Desta forma, as regiões acabam por ajudar a complementar a acção dos municípios, permitindo resolver melhor os problemas comuns das respectivas populações.

Também no quadro da presença de Portugal na União Europeia, a regionalização é indiscutivelmente vantajosa. Se a regionalização triunfar no referendo, Portugal terá uma presença mais forte e representativa no Comité das Regiões. Terá maior capacidade negociadora para defender os interesses do país, designadamente no diálogo sobre os fundos estruturais. Além deste aspecto, é preciso não esquecer que Portugal sempre se bateu pela coesão económica e social na Europa. Ora, a regionalização vai proporcionar a coesão económica e social no País, melhorando progressivamente a vida de todos os portugueses, quer vivam no campo ou nas cidades.

## SIM À REGIONALIZAÇÃO

**R**ealizou-se em Setúbal, no dia 7 de Setembro, por iniciativa do Jornal de Notícias, um debate entre os deputados Joel Hasse Ferreira (PS) e Lucília Ferra (PSD) sobre a Regionalização.

O teor do debate e a própria intervenção da maioria dos presentes levaram a que o Jornal de Notícias intitulasse no dia 8 a notícia sobre o debate como "Setúbal diz SIM à regionalização".

Na sua intervenção, o deputado Joel Hasse Ferreira focou nomeadamente que: - A regionalização conduz, de facto, a que se torne mais eficaz a captação de Fundos Europeus. Defendeu ainda a necessidade de as Regiões a instituir em concreto terem uma forte intervenção no do-

mínio do ordenamento do território, articulado com as preocupações, de investimento público e privado na região, no quadro de uma estratégia clara e assumida de desenvolvimento regional.

Referiu ainda Joel Hasse Ferreira a necessidade de integrar largas faixas dos actuais serviços regionais de vários Ministérios e das estruturas das actuais Comissões de Coordenação Regional nas estruturas de apoio às Regiões Administrativas.

Afirmou também o deputado socialista que era importante haver uma intervenção das regiões a instituir em concreto no estabelecimento e hierarquização de prioridades na definição dos investimentos públicos e na selecção e

encorajamento dos investimentos privados.

Esclareceu ainda o deputado Joel Hasse Ferreira que o actual mapa das regiões aprovado na Assembleia corresponde a uma fusão aperfeiçoada de propostas de grupos parlamentares, que teve em conta os pareceres expressos das Assembleias Municipais que os enviaram à Assembleia da República.

Salientou Joel Hasse Ferreira a ideia de que a existência de protagonistas regionais eleitos pode dar outra forma completamente diferente à intervenção nas instâncias nacionais e europeias, na gestão do território e no desenvolvimento económico regional, aplicando-se também neste domínio o princípio da subsidiariedade,

com as decisões a serem tomadas o mais perto possível da base.

As posições expressas pela Deputada Lucília Ferra, de contestação ao processo regionalizador, mereceram da própria assistente um conjunto de intervenções altamente críticas.

No debate intervieram numerosas personalidades do Distrito, nomeadamente o Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal, da Liga de Amigos de Setúbal e Azeitão, eleitos autárquicos de Alcochete, Setúbal, Alcácer do Sal e outros intervenientes que contribuíram para dar grande animação ao debate.

A própria iniciativa do Jornal de Notícias em Setúbal mereceu referenciar elogiosas de diversos participantes.

**DESTAQUE-CM**

*Moeda Única*

**CÓDIGOS ALTERADOS FACILITAM TRANSIÇÃO PARA O EURO**

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 3, em Lisboa, um decreto-lei que altera os Códigos Civil, das Sociedades Comerciais e do Mercado de Valores Mobiliários, estabelecendo ainda outras regras fundamentais, relativamente ao processo de transição para o euro.

Este diploma complementa, igualmente, as normas fundamentais estabelecidas nos regulamentos comunitários, visando que a transição para a nova moeda se efectue de uma forma atempada e preparada.

A nível do Código Civil introduziram-se apenas modificações relativas aos termos do cumprimento das obrigações em moeda estrangeira (artigo 558º), para acomodar o circunstancialismo específico do período transitório.

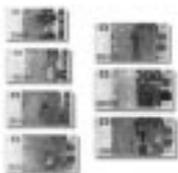
Actualizaram-se também os limites que conferem natureza formal, simples ou agravada, ao mútuo e à renda vitalícia.

As alterações ao Código das Sociedades Comerciais têm por objectivo permitir a este diploma o poder desempenhar, já a partir de 1 de Janeiro de 1999, um papel relevante na aceleração da preparação do tecido empresarial nacional para a nova realidade, tendo em vista a optimização das potencialidades inerentes à introdução do euro.

Simultaneamente, procedeu-se ao ajustamento de diversos montantes impostos neste Código, procurando-se obter valores redondos, susceptíveis de assegurar uma maior comodidade e segurança no tráfego jurídico.

Finalmente, no caso específico do capital social mínimo (50 mil euros), pretendeu-se aproximar os valores nacionais aos praticados noutros Estados europeus.

No tocante ao Código Cooperativo, proce-



deu-se à actualização dos vários montantes relevantes na vida das cooperativas e consagrou-se um regime transitório que acomoda o integral respeito pelos princípios comunitários que norteiam este processo de transição e que, ao mesmo tempo, contribuirá para estimular a preparação dos agentes económicos nacionais para a moeda única. Quanto ao Código do Mercado de Valores Mobiliários, as alterações introduzidas visam, por um lado, permitir a negociação em euros logo a partir de 4 de Janeiro de 1999 e, por outro, flexibilizar os requisitos de liquidação das operações de bolsa que incidam sobre valores mobiliários expressos em moeda estrangeira, tendo em vista aumentar a competitividade do nosso mercado de bolsa. Definem-se ainda os parâmetros que presidem à redenominação dos valores mobiliários, isto é, à alteração, para euros, da unidade monetária em que se expressa o valor nominal das acções e outros títulos mobiliários. Sublinhe-se, por fim, que o diploma em apreço reflecte a preocupação de tornar o processo de conversão o menos oneroso possível, para os consumidores e público em geral, estabelecendo o princípio da gratuidade das operações de conversão entre escudos e euros.

**DESTAQUE-CM**

*Ambiente*

**NOVO INSTITUTO PARA TRATAMENTO DE ÁGUAS**

O Governo deu luz verde, no passado dia 3, ao decreto-lei que aprova o estatuto do Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR), revogando parcialmente o decreto-lei n.º 147/95, de 21 de Junho.

Este diploma estabelece o quadro normativo pelo qual deverá reger-se o IRAR, organismo que vem suceder ao Observatório Nacional do Ambiente, por se entender ser necessário substituir a figura do referido observatório por uma entidade reguladora com atribuições ampliadas no que se refere à promoção da qualidade na concepção, execução, gestão e exploração dos sistemas multimunicipais e municipais. O novo organismo assume um papel francamente mais relevante na defesa dos direitos dos consumidores, na garantia da qualidade dos serviços prestados neste domínio e na sustentabilidade económica

dos sistemas municipais e multimunicipais. Cabe, assim, ao IRAR assegurar a qualidade dos serviços prestados pelos sistemas multimunicipais e municipais de água de abastecimento público, de águas residuais urbanas e de resíduos sólidos urbanos, supervisionando a concepção, execução, gestão e exploração dos sistemas, bem como garantir o equilíbrio do sector e a sustentabilidade económica dos sistemas em causa.

Com o seu financiamento integralmente assegurado pelas concessionárias dos sistemas multimunicipais e municipais, o novo instituto possuirá uma estrutura orgânica simples, será dotado de autonomia administrativa e financeira, bem como de património próprio, e ficará sujeito a superintendência e tutela da ministra do Ambiente.

**DESTAQUE-CM**

*Futebol*

**EUROPEU-2004: CANDIDATURA COM INTERESSE NACIONAL**

O Executivo socialista reconheceu e sublinhou, no passado dia 3, o interesse nacional da candidatura a submeter pela Federação Portuguesa de Futebol para a organização do Campeonato Europeu de Futebol em 2004, com a aprovação de uma resolução de Conselho de Ministros nesse sentido.

A organização de grandes acontecimentos desportivos, de nível mundial ou europeu, para além da projecção internacional que proporciona ao País organizador, tem-se revelado como um importante factor dinamizador nos domínios da renovação, modernização e construção de infra-estruturas a nível interno, nomeadamente no que respeita à evolução quantitativa e qualitativa, sempre relevante, do Parque Desportivo vocacionado para a competição-espectáculo dos países organizadores.

A organização, em Portugal, da fase final do Campeonato Europeu de Futebol em 2004, para além dos factores de natureza desportiva e de projecção no exterior - que importa realçar - permitirá, ainda, mobilizar um conjunto de sinergias locais acrescidas, com projecção noutros sectores da economia nacional, proporcionando um retorno significativo em termos económicos face a investimentos cuja realização seria de todo o modo exigida a médio prazo, assumindo um conjunto de factores positivos, de que se realça a dotação do País de infra-estruturas desportivas capazes de responder às exigências actuais da realização de provas internacionais de nível superior; a melhoria da competitividade do futebol nacional, contribuindo, assim, para a sua recuperação como espectáculo desportivo de multidões; o impacto positivo na economia, que encontrará expressão no incremento dos sectores do turismo, da construção civil e de ou-



tros sectores de ponta em rápido desenvolvimento, como sejam as telecomunicações e as novas tecnologias, bem como na criação de emprego, por via directa e indirecta. Assim, na sua reunião de 3 de Setembro o Conselho de Ministros decidiu:

- a) Reconhecer o interesse nacional da candidatura a submeter pela Federação Portuguesa de Futebol para a organização do Campeonato Europeu de Futebol em 2004;
- b) Assumir os objectivos propostos para esse fim pela Comissão Coordenadora da Candidatura, designadamente no que respeita à beneficiação ou construção dos 10 Estádios nas cidades de Aveiro, Braga, Coimbra, Faro/Loulé (estádio inter-municipal), Guimarães, Leiria, Lisboa (dois estádios) e Porto (dois estádios);
- c) Participar financeiramente, numa proporção de 25 por cento, a que corresponde um investimento estimado no valor de 15,1 milhões de contos, a realizar ao longo de cinco anos, os trabalhos a efectuar na beneficiação ou construção dos dez Estádios de Futebol envolvidos na referida Candidatura;
- d) Adoptar as medidas de carácter administrativo necessárias à apresentação da Candidatura e eventual organização do referido Campeonato.

**DESTAQUE-CM**

*Identificação civil*

**BI NAS LOJAS DO CIDADÃO**

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 3, em Lisboa, um decreto-lei que define o regime dos serviços da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado na Loja do Cidadão.

Este diploma vem permitir que junto de cada uma das referidas lojas, já em fase de instalação, funcionem, com clara vantagem para a comodidade dos utentes, os seguintes serviços dependentes da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado: um gabinete de apoio ao Registo Automóvel, um gabinete de Certidões e uma delegação com competência na área da identificação civil.

O Gabinete de Apoio ao Registo Automóvel tem competência equiparada à de qualquer conservatória intermediária, podendo

ainda prestar informações ao público.

O Gabinete das Certidões pode servir de intermediário na recepção de pedidos de certidões do registo civil, predial e comercial, tendo ainda capacidade para requerer e receber certidões por telecópia.

Na área da identificação civil possibilita-se a recepção do pedido e a emissão de bilhetes de identidade.

Com esta lei o Governo prossegue no cumprimento do ponto 6 do seu programa (Reforma da Administração Pública) ao dar mais um passo na implementação das Lojas do Cidadão, as quais vêm proporcionar um mais eficiente e cómodo atendimento ao público através da concentração, num único local, de serviços cujas sedes estão dispersas por diversas repartições e organismos.

PELO PAÍS

Governança Aberta

**AGRICULTURA** – O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Gomes da Silva, esteve presente, no dia 6, num almoço de confraternização de produtores de cereais que se realizou nas instalações da Cadova, na Chamusca. Esta cooperativa contra presentemente com 1487 agricultores associados que produzem a comercialização das suas produções de milho, cereais de pragana e tomate.

No dia 4, Gomes da Silva deslocou-se a Santarém para visitar e contactar com o pessoal científico e técnico do Serviço Nacional Coudélio.

**AVEIRO** – O governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, deslocou-se, no dia 5, à vila de Cucujães, concelho de Oliveira de Azeméis, para participar na cerimónia de inauguração das novas instalações da Igreja Evangélica «O Caminho».

No dia 4, Antero Gaspar visitou os novos empreendimentos escolares do seu distrito, designadamente escolas e pavilhões desportivos, com o objectivo de ter um conhecimento mais directo e real das obras, em fase de construção e/ou de conclusão.

**CIÊNCIA** – O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, presidiu, no dia 7, à sessão de abertura da XI Conferência Nacional de Física e do VIII Encontro Ibérico para o Ensino da Física, eventos estes organizados pela Real Sociedad Española de Física.

No passado dia 2, Mariano Gago esteve presente na sessão inaugural do programa técnico da conferência Eurographics'98.

O mais importante forum europeu na área da computação gráfica, o Eurographics, decorreu, até ao dia 4, em Lisboa, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, reunindo cerca de 250 participantes de 26 países de todo o mundo.

O programa desta conferência internacional, a segunda realizada no nosso país, incluiu *workshops*, seminários técnicos e comunicações científicas entre outras actividades.

**CULTURA** – O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, esteve presente, na passada segunda-feira, dia 7, no Mosteiro dos Jerónimos, para assistir à apresentação pública da exposição «Leonardo da Vinci – um homem à escala do mundo. Um mundo à escala do homem», que tem como principal destaque o famoso manuscrito de Leonardo da Vinci, «Codex de Leicester» (1508 – 1510), pela primeira vez em exposição em Portugal por cedência dos actuais proprietários Bill Gates e Melissa Gates.

**EDUCAÇÃO** – O ministro da Educação, Marçal Grilo, e os secretários de Estado, Oliveira Martins e Ana Benavente, reuniram-se, no dia 8, em Faro, com as cinco Direcções Regionais de Educação, na fase final do processo de abertura do novo ano escolar.

O ano lectivo 1998/99 inicia-se entre os dias 14 e 22 de Setembro para cerca de 1 800 000 alunos em todo o País.

**EQUIPAMENTO** – O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho esteve presente, no dia 4, no Centro Cultural de Belém, por ocasião da sessão de abertura da Exposição Internacional de Filatelia – Portugal'98.

No mesmo dia, João Cravinho, participou na sessão sobre as grandes infra-estruturas portuguesas, no pavilhão do Território, por ocasião da visita ao nosso país de uma delegação da Comissão dos Transportes e do Turismo do Parlamento Europeu.

**FARO** – O governador civil de Faro, Joaquim Anastácio, apresentou, no passado dia 8, em conferência de Imprensa realizada nas instalações do Governo Civil, o ano lectivo 1998/99.

A cerimónia contou com a presença do secretário de Estado da Administração Educativa, Oliveira Martins.

**HABITAÇÃO** – A secretária de Estado da habitação e Comunicações, Leonor Coutinho, estendeu os investimentos do programa Intervenção Operacional Renovação Urbana aos projectos de recuperação do Bairro da Sé do Porto e do Convento das Bernardas, em Lisboa, viabilizando a reabilitação destas áreas urbanas.

Para tal a governante convidou as autarquias a prepararem candidaturas relativas a estes projectos e a apresentá-las numa sessão que decorreu, no dia 7, no Porto.

Este apoio insere-se numa perspectiva de grandes opções da política de habitação, a desenvolver no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

**SAÚDE** – A ministra da Saúde, Maria de Belém, visitou, no passado dia 8, em Lisboa, o Hospital São Francisco Xavier.



No dia 2, Maria de Belém reuniu-se com todos os directores-gerais do Ministério da Saúde e presidentes das ARS's com vista a alcançar três grandes objectivos: preparar a elaboração da estratégia do ministério para 1999, definir as etapas para 98 e 99 no seguimento das reformas estruturais em curso e fazer o ponto da situação sobre o programa de acesso e o sistema da qualidade na saúde.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 3 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que reconhece o interesse nacional da candidatura a submeter pela Federação Portuguesa de Futebol para a organização do Campeonato Europeu de Futebol em 2004;
- Um decreto-lei que define o regime dos serviços da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado na Loja do Cidadão;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 262/86, de 2 de Setembro (Código das Sociedades Comerciais) o artigo 406º do decreto-lei n.º 142-A/91, de 10 de Abril (Código do Mercado de Valores Mobiliários) e estabelece outras regras fundamentais, relativamente ao processo de transição para o euro;
- Um decreto-lei que aprova a segunda fase do processo de privatização do capital social da Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA;
- Um decreto-lei que aprova o estatuto do Instituto Regulador de Águas e Resíduos;
- Uma resolução que designa os membros, pela parte portuguesa, da Comissão de Honra para as Comemorações dos 500 Anos da Viagem de Pedro Álvares Cabral, que é co-presidida por Mário Soares e integra as seguintes personalidades: Manuel Alegre, Adriano Moreira, António Alçada Baptista, Francisco Pinto Balsemão e José Carlos Vasconcelos;
- Uma resolução que procede à nomeação do presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior e das personalidades de reconhecida competência que integram o mesmo;
- Um decreto-lei que altera o Regime das Promoções da Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública, aprovada pelo decreto-lei n.º 321/94, de 29 de Dezembro, de superintendentes, ao posto de superintendente-chefe, e de comissários, ao posto subintendente, da carreira de oficiais do quadro de pessoal com funções policiais;
- Um decreto-lei que atribui ao presidente da Comissão Instaladora da Inspecção-Geral do Ambiente competências para proferir decisão final em todos os processos de contra-ordenação instaurados e instruídos pela Inspecção-Geral do Ambiente;
- Um decreto-lei que altera os artigos 4º e 6º do decreto-lei n.º 162/91, de 4 de Maio (cria o Fundo para a Cooperação Económica);
- Um decreto-lei que regula o regime de custas no Tribunal Constitucional;
- Um decreto-lei que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República de Singapura sobre supressão de vistos, por troca de notas de 7 de Janeiro de 1998;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo estabelecido com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia e n.º 3 do artigo 41º da convenção Europol relativo aos privilégios e imunidades da Europol, dos membros dos seus órgãos, dos seus directores-adjuntos e agentes;
- Uma resolução que altera o Regulamento de Aplicação do Programa IMIT - Iniciativa para a Modernização Têxtil, aprovado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 96-A/95, de 6 de Outubro;
- Uma resolução que nomeia Maria Margarida Alves da Costa Santos Alves de Matos, chefe da Equipa de Missão para a «Modernização da Rede Consular»;
- Uma resolução que propõe, para nomeação pelo Presidente da República, o vice-almirante Alexandre Daniel Cunha Reis Rodrigues, para o cargo de comandante da Euromarfor, a partir de 9 de Outubro de 1998.

Portugal Socialista



Nova edição já à venda

## GUTERRES PREOCUPADO COM VAZIO DE ESTRATÉGIA E PROJECTO NA UE

O primeiro-ministro, António Guterres afirmou ontem, dia 9, em Aveiro, na reunião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu (PSE), estar preocupado com o vazio de estratégia, projecto e liderança na União Europeia.

«Existe hoje um vazio de projecto, de estratégia e de liderança, que se tem agravado com algum enfraquecimento da capacidade de iniciativa das instituições europeias e um agravamento nos últimos tempos do que é a expressão de egoísmos nacionais», disse o secretário-geral do PS na intervenção que efectuou sobre «A Europa e a globalização».

Para António Guterres, «o próprio Conselho Europeu perdeu a capacidade de liderança que demonstrou noutros momentos», exemplificando com a «fatídica sessão de Bruxelas» sobre a designação do presidente do Banco Central Europeu.

«Neste quadro em que se exige da Europa um aprofundamento da sua própria integração e uma posição forte no redefinir das relações à escala mundial, é com alguma frustração e preocupação que nós, socialistas portugueses, olhamos o actual estado da União», disse.

Sublinhando que «nenhuma reforma institucional pode substituir a vontade política, sendo essa a questão decisiva», indicou também razões para optimismo, nomeadamente a moeda única, a colocar novas questões e respostas.

Crítico em relação à «lógica economicista do mero interesse nacional», Guterres reconheceu: «Nós próprios não estamos isentos de culpa, mas a posição do Governo português foi ser incondicionalmente a favor do alargamento, porque a consolidação da democracia a Leste é essencial para a Europa e para todos nós».

Dirigindo-se expressamente aos eurodeputados socialistas, lembrou que cada um representa a Europa e que o Parlamento Europeu não é a soma de parlamentos nacionais, apelando a que «coloquem os ideais europeus em cima da mesa».

António Guterres aludiu à necessidade de ser travado um combate socialista para impedir perversões e riscos na globalização, considerando que esta é um facto, mas que precisa de ser regulada, para evitar comportamentos irracionais dos mercados e a exclusão de alguns, por dificuldades diversas.

Defendendo a ideia de que a Europa deve ter uma intervenção comum nas instituições globais, preconizou o fortalecimento da cooperação regional e considerou que a União Europeia deve facilitar a criação de blocos semelhantes.

«É decisivo saber se na América do Sul o Mercosur avança como um verdadeiro bloco estruturado», disse, acrescentando que «não se trata de atacar o papel dos EUA no mundo, mas de uma visão multipolar e



de intervir no sentido de evitar que haja uma única potência».

### Europa não deve ser mero espaço de negócios

Por sua vez, a presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu (PSE), Pauline Green, considerou que a Europa não poderá ser apenas «um mero espaço de negócios», devendo, simultaneamente, constituir «um espaço de educação e cultura, assente na diversidade social e na multiplicidade das tradições».

As afirmações da dirigente trabalhista britânica Pauline Green foram feitas no decurso de uma conferência de Imprensa realizada no primeiro dia de trabalhos e destinada a apresentar os objectivos da reunião. No encontro com os jornalistas, Pauline Green, que se encontrava acompanhada do presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado, e do vice-presidente do PE, Luís Marinho, enalteceu as vantagens da regionalização, que considerou ser uma «arma muito importante para o desenvolvimento local».

Na sua opinião, «com o acesso directo aos corredores de Bruxelas consegue-se um apoio muito mais eficaz e efectivo ao desenvolvimento regional».

Ao responder a questões dos jornalistas, a eurodeputada citou o exemplo do impacto

do «lobbying» dos Estados federados da Alemanha na União Europeia (UE).

«Os Estados federais alemães têm os seus próprios "lobbies", ninguém conhece melhor as regiões do que as próprias regiões», frisou.

Ressalvando que as políticas internas de Portugal são da responsabilidade do Governo português, Pauline Green adiantou, no entanto, que o seu Grupo Parlamentar «apoiava movimentos que estão perto das populações e isso está de acordo com a regionalização».

«Somos a favor de uma abordagem em que se verifique uma participação cada vez maior das populações locais e regionais», sublinhou.

Para Luís Marinho, presidente dos socialistas portugueses no PE, a reunião iniciada no dia 8 em Coimbra e que se prolonga até amanhã, sexta-feira, em Aveiro, «tem o mérito de demonstrar que a regionalização não é um processo de litígio, fractura ou guerrilha - é um processo de cooperação e de união».

Analisar a experiência portuguesa na evolução da ditadura para a democracia e a forma e o impacto na sociedade da utilização dos fundos estruturais, são alguns dos objectivos do encontro, com cerca de 400 participantes entre eurodeputados e funcionários de todos os Estados-membros.

«Portugal avançou celeremente de uma di-

tadura para uma democracia moderna, queremos aprender com a experiência portuguesa», disse Pauline Green, acrescentando que no encontro participam também observadores do Chipre e dos países da Europa Central e de Leste candidatos à adesão.

«A longo prazo, trazer estes países para a UE é um modo de reforçar a nossa prosperidade», considerou Pauline Green, defendendo, contudo, a necessidade de estas nações - incluindo Portugal - continuarem a ser apoiadas através do Fundo de Coesão.

Segundo sublinhou Luís Marinho, a reunião «não é passeio, não é recreio». «Vamos visitar uma região que se encontra abaixo da média comunitária, conhecer o país real, apesar do êxito da economia, de Portugal se encontrar no primeiro pelotão da moeda única», frisou o vice-presidente do PE. Ao intervir na conferência de Imprensa, o presidente da Câmara de Coimbra, Manuel Machado, preconizou - tendo em vista a negociação das verbas do III Quadro Comunitário de Apoio - a correcção de assimetrias que entende afectarem a região.

### Regionalização: socialistas na linha da frente

Impedido de estar presente face a impedimentos de última hora, o ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, enviou uma mensagem que foi lida pelo secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia.

Na missiva, centrada na questão da regionalização, António Costa considera que esta importante reforma «é a batalha decisiva» da actualidade», exortando os socialistas europeus a posicionarem-se «na linha da frente deste combate».

Para António Costa, «esta é a batalha decisiva dos tempos que passam. A batalha pela melhoria das nossas democracias e pela maior participação dos cidadãos na vida política».

O ministro dos Assuntos Parlamentares sublinhou que «esta batalha deve ultrapassar as fronteiras nacionais e fixar-se também num plano europeu», acrescentando estar profundamente convencido que «os socialistas europeus estarão na linha da frente destes combates».

Destaque ainda para a excelente intervenção da dirigente da JS/Coimbra, Eliana Pinto, subordinada ao tema «Um Diálogo entre culturas», tendo como pano de fundo os programas Sócrates e Erasmus.

Salientando que «num mundo dividido por graves conflitos e rivalidades, marcado por desequilíbrios e antagonismos, sujeito a injustas assimetrias, o diálogo entre culturas é condição essencial para o futuro», Eliana Pinto considerou que, «assegurado o pluralismo democrático, o primeiro dos nossos problemas é cultural».

### Portugal: um exemplo de integração europeia

«Portugal: um exemplo de integração europeia para os países de Leste candidatos ao alargamento» é o tema central da reunião do Grupo Parlamentar do PSE que reúne em Coimbra e Aveiro (Beira Litoral) entre 8 e 11 de Setembro.

A reunião, que se realiza a convite do presidente dos eurodeputados socialistas e vice-presidente do PE, Luís

Marinho, é a última antes das eleições europeias de Junho de 1999 e traz a Portugal cerca de 400 pessoas.

Entre os temas em análise durante os trabalhos, destaque para a discussão das questões relacionadas com o impacto da integração europeia na vida dos portugueses, a adesão dos países de Leste à UE e a reforma dos fundos e das instituições comunitárias.

## MARÇAL GRILO DEFENDE EDUCAÇÃO PERMANENTE

O ministro da Educação, Marçal Grilo, defendeu terça-feira, Dia Mundial da Alfabetização, uma «perspectiva que visa adequar as necessidades da população que já não frequenta a escola ou que nunca chegou a frequentá-la às exigências de um mundo em mudança».

Em mensagem escrita por ocasião do Dia Internacional da Alfabetização, Marçal Grilo adota esta perspectiva «em nome de uma educação ao longo da vida que evite, não apenas a exclusão social, mas também a exclusão profissional e o desemprego de longa duração».

Adianta que «foi com esse objectivo» que o ministério «preparou o lançamento da Agência Interministerial para a Educação de Adultos», tendo definido novas orientações para apoiar a educação de adultos, quer dentro da sua esfera de acção específica quer em colaboração com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade no campo da formação.

Marçal Grilo considera que «a formação de base, o ensino recorrente, os projectos de formação permanente, de animação soci-

al e de desenvolvimento comunitário são os novos caminhos que vão criar condições para estimular a população adulta, independentemente da sua situação profissional ou habilitação académica, para a educação permanente como factor de aperfeiçoamento, de qualificação de recursos humanos e de coesão social».

### Mulheres mais afectadas

Frederico Mayor, na sua mensagem alusiva ao Dia Internacional da Alfabetização, defendeu uma acção enérgica a favor da educação das jovens e das mulheres para combater a elevada taxa de analfabetismo que as afecta, particularmente nos países em desenvolvimento.

O director-geral da Unesco fez um apelo à mobilização geral a favor do desenvolvimento humano para todos chamando a atenção para o facto das mulheres e crianças serem ainda o grupo mais desfavorecido.

Segundo o director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, a vitória da luta pela dig-

nidade e pela igualdade passa pelo acesso à educação, sem a qual ninguém pode exercer plenamente os seus direitos e cumprir os seus deveres.

«As mulheres representam mais de meio milhão de milhões de adultos analfabetos, que vivem quase na totalidade nas regiões rurais de países em desenvolvimento, designadamente em África, nos Estados Árabes, no Leste e no Sul da Ásia, onde a taxa de analfabetismo feminino é superior a 60 por cento», referiu.

### Combater o analfabetismo é zelar pelo futuro

Frederico Mayor considera que estes factos «cavam ainda mais o fosso existente entre o Norte e o Sul» e acentuam a marginalização das mulheres nos países em desenvolvimento.

«Não esqueçamos as condições de extremo abandono em que vivem as mulheres. Ao mesmo tempo que trabalham incessantemente para as famílias, são também uma importante fonte de mão-de-obra na economia paralela, tanto na agricultura como

no comércio», alertou Frederico Mayor para quem a vida das mulheres não tem passado de «uma sucessão de encargos e trabalhos pesados sem remuneração».

Para o director-geral da Unesco, «só uma acção enérgica a favor da educação das jovens e das mulheres permitirá deter o inaceitável e encetar um processo global de desenvolvimento humano sustentado para todos».

«É preciso mobilizar todos os meios necessários à realização deste objectivo, pois dele depende o futuro dos indivíduos e das nações», defendeu.

O Dia Internacional da Alfabetização será marcado, não só por acções pontuais um pouco por todo o mundo, mas também pela entrega - nos países laureados (Bangladesh, Egipto, França, Chade, Uruguai) - dos prémios internacionais da alfabetização da Unesco.

Na sede da Unesco, em Paris, realizou-se uma mesa-redonda sobre o tema «Alfabetização, reforço das capacidades e luta contra a pobreza», que reuniu peritos provenientes da África do Sul, Burkina Faso e Tailândia.

## RECURSOS EDUCATIVOS

### Dinheiros públicos na mira

## COMBATE FERROZ AO DESPERDÍCIO

Com a proximidade do regresso às aulas acentua-se a preocupação pelo reforço dos meios para as escolas de todo o País. Assim, o Ministério da Educação garante que o ano lectivo 1998/99 será marcado por um trabalho continuado, envolvendo as Direcções Regionais, o Departamento de Gestão de Recursos Educativos, o Gabinete de Gestão Financeira, a Inspeção-Geral de Educação e as escolas no sentido de assegurar uma utilização dos recursos orçamentais e dos meios humanos mais adequada.

O alvo prioritário é a redução das despesas burocráticas, em especial as da Administração Central e descentralizada.

Trata-se, pois, de reorientar as economias, visando um reforço da qualidade educativa e das aprendizagens, bem como do melhoramento da vida escolar.

O ministério da 5 de Outubro pretende, com tudo isto, reafirmar a concretização da autonomia enquanto factor de aperfeiçoamento da organização educativa.

Neste sentido ganham relevo medidas como a possibilidade de destacamento de professores apenas admitida para o exercício de funções docentes. É que desta forma o orçamento dos estabelecimentos de ensino deixa de contar com verbas destinadas ao pagamento de vencimento de pessoal docente que neles não se encontram, na realidade, a leccionar.

A medida permite otimizar a organização e o controlo das situações de destacamento que estavam a gerar abusos, uma vez que não tinham referências positivas na melhoria da qualidade educativa.

A redução da componente lectiva dos professores é outra medida a destacar, visto que passa a determinar um aumento proporcional da componente não lectiva para trabalho a nível da escola integrado nas respectivas estruturas pedagógicas, com o objectivo de contribuir para a realização do projecto educativo do estabelecimento de ensino.

Por outro lado, a constituição de turmas, requisição de docentes elaboração de horários passa a ter um acompanhamento específico, viabilizando o cumprimento rigoroso da legislação em vigor.

No ano lectivo que se prevê comece até ao próximo dia 21 do corrente, não deverão, em regra, ser celebrados contratos pelo período de um ano escolar para o exercício de funções docentes no 1º ciclo, em virtude de terem sido adoptadas medidas concretas para a estabilidade e renovação do corpo de professores dos diferentes níveis de ensino, mediante um aumento de 15 mil vagas por ano escolar a iniciar. A intenção é permitir a vinculação de igual número de profissionais da docência no conjunto dos vários níveis de ensino.

Nestes termos, só excepcionalmente poderá ser proposta a contratação ao direc-

tor regional de Educação competente, carecendo de pertinência orçamental prévia e desde que não estejam esgotadas as colocações do Quadro Distrital de Vinculação.

O Departamento de Gestão de Recursos Educativos procederá, para que tudo resulte no sucesso esperado, a um levantamento pormenorizado das situações, apresentando um relatório trimestral ao secretário de Estado da Administração Educativa para avaliação e acompanhamento específicos. A tutela de Marçal Grilo pretende, deste modo, garantir uma melhor gestão dos dinheiros públicos, o combate ao desperdício e uma maior racionalização na utilização dos recursos para a melhoria da vida das escolas, da qualidade do processo de aprendizagem e da rigorosa prestação de contas perante os contribuintes e o País.

### Estratégia para III QCA

Ainda em matéria de dinheiros, o Ministério da Educação delineou já a estratégia para a adequada negociação do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), correspondente ao período 2000 - 2006.

Tal estratégia assenta em três ideias fundamentais e 11 vectores complementares. A primeira ideia é que a educação continuará a assumir uma importância fundamental no desenvolvimento de Portugal, mantendo a sua estreita relação com a forma-

ção profissional e com a acrescida preocupação da integração no mercado de trabalho.

A educação básica, o ensino secundário, a educação para adultos e o desenvolvimento do ensino superior constituirão, de acordo com uma segunda ideia-chave, peças essenciais da política educativa.

Segundo uma terceira e última ideia fundamental, o período 2000 - 2006 será decisivo para o sistema educativo nacional, exigindo uma evolução progressiva na qualidade da aprendizagem (designadamente nas línguas, na matemática, no ensino experimental e artístico), na criação de uma cultura de avaliação e exigência, na valorização das infra-estruturas, na introdução de novas tecnologias de informação e na educação para a cidadania.

Quanto aos vectores que presidirão à negociação do III QCA no campo educacional, são apontados onze: a consolidação da escolaridade obrigatória; a prioridade na educação e na formação de base; o reforço das componentes de educação científica e tecnológica; a diversificação dos percursos de educação e formação; a educação e formação de adultos; a valorização da educação para a cidadania; a valorização da profissão docente; o reforço da equidade e combate à exclusão social e, por fim, a aplicação/consolidação do novo ordenamento das autonomias e gestão das escolas.

MJR

## TRABALHO INFANTIL PERMANECE COM ENCOBRIMENTO DAS GRANDES MARCAS

**A** UGT, num comunicado do dia 4 assinado por Júlio Fernandes, congratulou-se com a notícia veiculada no mesmo dia pelo jornal «Público», da inspeção efectuada a uma fábrica de Fafe, «que apurou a existência de três menores, com idades entre os 13 e os 15 anos, a trabalharem naquelas instalações, confeccionando artigos da marca Reebok».

Na nota à Imprensa, a central da Buenos Aires «saúda a Inspeção-Geral do trabalho (IGT) pelo seu empenhamento e vontade, o que possibilitou a inspeção concertada com as Inspeções da Segurança Social e das Actividades Económicas».

No entanto, a UGT «lamenta profundamente que só agora, após anos e anos de denúncia da sua parte, da proliferação do trabalho infantil clandestino, transferência das fábricas para o domicílio, o Governo tenha finalmente "encontrado" a forma de iniciar um processo eficaz de detecção e consequente penalização e proibição do trabalho infantil», ou seja, «aquela inspeção conjunta, viável após obtenção de um mandato de busca, prova que, unidos todos os esforços, é possível devolver à Escola todos os menores que anualmente dela são afastados».

A UGT sublinha que «a IGT abandonou estratégias dos que apenas teorizam,



exemplificando a forma como se podem obter resultados, desde que haja vontade política».

### Empresários sem escrúpulos

No entanto, adverte que «esta actuação não pode constituir uma excepção, mas sim o exemplo que servirá futuramente de norma para erradicar o trabalho infantil, arrancan-

do os jovens das mãos de empresários sem escrúpulos».

A UGT pressiona ainda as autoridades «para que seja totalmente esclarecido e desmascarado o processo de "Pôncio Pilatos" usado e abusado pelas grandes marcas: "nada fiz, nada vi, nada sei."»

No comunicado, a UGT refere ainda que, «subcontratando pequenas empresas, que se encarregam do "trabalho sujo", utilizan-

do os menores, estas grandes marcas, uma vez na posse do produto confeccionado ilegalmente, impunemente aplicam o seu carimbo, como se não tivesse ocorrido nenhuma irregularidade e, ainda mais grave, como se não tivessem conhecimento de tudo».

«Alguns, não poucos, denuncia a central, ainda têm a hipocrisia e a baixaza de, através daquele processo, garantirem e afirmarem aos consumidores que são contra o trabalho infantil».

### Donos das marcas têm que ser penalizados

Neste contexto, a UGT exige que «os donos das marcas sejam penalizados», porque, sublinha, «os grandes empresários e detentores das grandes marcas têm a obrigação de controlar os seus produtos, e todas as etapas da sua fabricação».

No comunicado, a UGT apela a que se prossiga «com estas e outras acções, de modo a sinalizar quem infringe a lei».

Retomando uma sua velha reivindicação, a central sindical liderada por João Proença propõe a institucionalização de um «Consumo Ético» e apela a todos os consumidores para que «recusem todos os produtos confeccionados com o recurso ao trabalho infantil».

J. C. CASTELO BRANCO

## MAIOR EFICÁCIA DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Numa nota à Imprensa, o Ministério das Finanças revelou que a execução orçamental correspondente ao mês de Agosto «continua a manter a tendência de normalidade» patente em meses anteriores, registando-se um adiantamento na execução orçamental relativamente ao período homólogo do ano passado (66,70 por cento em Agosto de 98, contra 65,62 por cento em Agosto de 97).

No que concerne ao IRC, o comunicado refere que «estima-se um crescimento significativo da receita até ao final do ano, devido aos pagamentos por conta - normais e especiais - a realizar em Setembro, Outubro e Dezembro e, ainda, ao facto de em Agosto se ter verificado uma antecipação de reembolsos, imputável a melhorias administrativas e informáticas introduzidas no processo, que irão beneficiar os meses seguintes, quando comparados com os seus homólogos de 1997».

O Ministério das Finanças adianta que «os impostos sobre o consumo (IVA, ISP, IA e IT) mantêm taxas de crescimento elevadas, que derivam do bom momento da economia e de acréscimos de eficiência da ad-



ministração fiscal, sobretudo na sua componente preventiva».

No comunicado, o ministério tutelado por Sousa Franco sublinha ainda o facto do «Imposto de Selo, pela primeira vez este ano, ter registado um crescimento mensal superior, em relação ao mês homólogo de 1997».

J. C. C. B.

## REQUISITO: FORMAÇÃO INICIAL QUALIFICANTE

O secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais, Ribeiro Mendes, disse no dia 7, no Porto, que o Governo pretende recrutar no futuro para a Segurança Social apenas quem tenha formação inicial qualificante.

Ribeiro Mendes falava no lançamento nacional dos cursos do Projecto de Formação Inicial Qualificante para a Solidariedade e Segurança Social (Profiss), destinado a jovens quadros médios e superiores com habilitações entre o 12º ano e a licenciatura.

O membro do Executivo sublinhou que a frequência destes cursos não é uma garantia de emprego, mas atribui uma «posição vantajosa» àqueles que tenham aproveitamento e participem em concursos públicos para recrutamento de pessoal para o sistema de solidariedade e segurança social.

O secretário de Estado afirmou que actualmente «as pessoas já têm mais confiança na Segurança Social», quando há dois anos se dizia que «estava tudo perdido», mas realçou que o sistema «precisa de ser mudado» com iniciativas como

o Profiss».

Cerca de 180 jovens, metade dos quais licenciados, deverão participar nos primeiros cursos do Profiss, que vão decorrer em Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Portalegre, Évora e Faro.

O Profiss é uma iniciativa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, em cooperação com a Associação Portuguesa de Segurança Social e financiado pelo Fundo Social Europeu através do programa «Pessoa».

O projecto «surge como consequência natural da implementação das novas medidas de política tendo em vista a reforma do sistema de solidariedade e segurança social, as quais implicam novos modelos de sistemas de informação, de organização e de gestão e novas respostas de intervenção social».

Na sessão de terça-feira, foram assinados os primeiros 17 acordos de parceria com instituições públicas e privadas de solidariedade e segurança social «que necessitam de recorrer ao mercado de trabalho para admitirem para os seus quadros profissionais adequadamente qualificados».

COOPERAÇÃO

Cabo Verde

O «IMPULSO» DE FERRO

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Ferro Rodrigues, disse, no passado dia 7, que a sua deslocação a Cabo Verde permitiria «dar um grande impulso» à cooperação nas áreas sociais entre os dois países.

Falando à Comunicação Social quando chegou ao aeroporto Francisco Mendes, da Cidade da Praia, Ferro Rodrigues identificou a formação profissional, emprego, trabalho, segurança social e solidariedade como as áreas em que a cooperação bilateral pode ser aprofundada.

«Há a perspectiva de conseguirmos dar um impulso novo e forte na área social em que a cooperação já existe, mas pode ser definida com maior precisão e maior força», declarou.

O ministro Ferro Rodrigues, que permaneceu três dias em Cabo Verde, assinou ontem um protocolo de cooperação com a sua homóloga cabo-verdiana, Orlanda Ferreira.

O protocolo visa definir «um programa de trabalhos e de cooperação concreto para



o ano em curso, 1999 e parte de 2000», disse.

Segundo o governante português, o documento inclui «um conjunto de objectivos precisos, quantificados e concretos» em termos das relações entre os dois países nas áreas sociais, servindo de base a uma futura «avaliação conjunta feita pelos dois governos».

A ministra do Emprego, Formação e Integração Social de Cabo Verde afirmou que havia «uma grande expectativa» quanto ao reforço das relações de cooperação

já existentes entre os dois países e declarou que a visita de Ferro Rodrigues contribuiu para lançar as bases do trabalho conjunto no domínio da segurança social.

«Pensamos que iremos reforçar as relações de cooperação que já existem e vamos entrar numa área extremamente importante que ainda não tinha cooperação, que é a área da segurança social», salientou.

Sobre o protocolo assinado no último dia da visita, Orlanda Ferreira explicou que será aplicado através de programas bienais.

Durante a estada, Ferro Rodrigues inaugurou oficialmente o Centro de Emprego de Santo Antão e visitou instituições de solidariedade social em várias localidades das ilhas de Santiago, Sal e Santo Antão.

O ministro português encontrou-se com o Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, com o primeiro-ministro, Carlos Veiga, com os presidentes das câmaras do Tarrafal e do Sal e com a Associação de Municípios de Santo Antão.

Acompanharam o ministro o presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), uma representante do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) e um adjunto de Ferro Rodrigues.

O ministro do Trabalho e Solidariedade Social português deixou «um abraço de Portugal» aos idosos do Centro de Dia da Várzea, bairro da capital cabo-verdiana, numa breve visita no âmbito da sua deslocação oficial a Cabo Verde.

Ferro Rodrigues dirigia-se a uma vintena de idosos que naquele centro recebem diariamente assistência alimentar e médica, além de cuidados de higiene.

«Dou-vos um abraço de Portugal», disse o ministro, acrescentando que também os idosos dos centros de dia portugueses «gostariam de mandar um abraço e desejar votos de saúde e boa disposição» aos cabo-verdianos. O Centro de Dia de Solidariedade Social da Várzea, em funcionamento há um ano, é um dos dois existentes na cintura urbana da Praia, na dependência da Câmara Municipal. No conjunto prestam apoio a cerca de uma centena de idosos carenciados, alguns dos quais acamados.

Teresa Mascarenhas, a técnica social responsável pelo Centro da Várzea, disse à Comunicação Social que aos idosos acamados são feitas visitas domiciliárias, em caso de necessidade, por médicos especialistas.

JUSTIÇA

Congresso Internacional de Juizes

RESPEITO LUSITANO PELAS MAGISTRATURAS

O ministro da Justiça, Vera Jardim, afirmou, no dia 7, no Porto, que «Portugal gravou nos textos constitucionais e na prática quotidiana o respeito pelas instituições do Estado de Direito e, com elas, o respeito pelas magistraturas».

Vera Jardim falava na sessão de abertura do 41º Congresso Internacional de Juizes, que desde segunda-feira e até hoje reúne cerca de 200 magistrados judiciais oriundos de 52 países.

Para o titular da pasta da Justiça, «há hoje poucas temáticas que tenham a relevância para as sociedades e para os Estados como tem o papel de uma judicatura independente como pilar fundamental da construção de um Estado de Direito de uma sociedade verdadeiramente democrática».

O ministro, que falou depois do presidente da Associação Sindical de Juizes (ASJ), considerou que as temáticas do congresso «são de um enorme interesse, com grande alcance para as sociedades».

Após a cerimónia de abertura, Vera Jardim disse aos jornalistas que o problema da morosidade dos processos, em debate no congresso, «é genérico a todos os países» ainda que esse facto não o satisfaça, pelo que há que «fazer um esforço para resolver esse problema».

«Precisamos de melhores meios materiais, sobretudo o tratamento informático rápido de muitas das decisões, e do aperfeiçoamento de questões processuais», disse, salientando, a propósito desta últi-

ma questão, que recentemente o Governo publicou «uma nova lei que procura fazer face aos processos de cobranças de dívidas que, em relação aos tribunais portugueses, é um problema que tende a criar atrasos, sobretudo em Lisboa e Porto». Por outro lado, salientou que «a justiça deve ser mais célere, mas de molde a garantir o direito das pessoas, que têm o direito de reclamar e de recorrer».

«A justiça nunca pode ser tão célere que afecte os direitos e garantias das pessoas», sublinhou.

Chamando a atenção para as «reformas de fundo da judicatura» que o Governo tem vindo a levar a cabo, o ministro da Justiça referiu que «muito em breve será discutida, na Assembleia da República, a proposta de Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais».

Quanto às críticas que a Associação Sindical dos Juizes tem dirigido a esta proposta de lei, Vera Jardim disse que ainda não lhe tinham sido enviadas, pelo que as desconhecia.

Na sessão de abertura, o presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, salientou que «são acontecimentos como este congresso», bem como a Cimeira Ibero-Americana, Porto Capital da Cultura 2001 e a classificação da zona histórica como património mundial, que «permitem que o nome da cidade do Porto, e com ele o de Portugal, possa ocupar um espaço internacional que, de outra forma, não seria visível».

RELAÇÕES BILATERAIS

Portugal e Brasil cooperam

DE ACORDO PELA SAÚDE...

Portugal e o Brasil assinaram um acordo de colaboração a nível da saúde, no âmbito de uma visita de uma semana da ministra da Saúde, Maria de Belém, àquele país. A ministra chegou ontem a São Paulo, a primeira etapa da sua visita, durante a qual visitará diversas instituições.

Em São Paulo, onde terá um encontro com o secretário estadual de Saúde, a ministra visita a Real Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, os hospitais de São Joaquim e Santa Isabel, a Sociedade Beneficente Vasco da Gama e a Santa Casa da Misericórdia.

No Rio de Janeiro, para onde se desloca amanhã, Maria de Belém visita a Real e Be-

nenémrita Sociedade Portuguesa de Beneficência, a Casa de Espinho, o Hospital da Real Beneficência e o Real Gabinete de Leitura, instituição à qual entregará uma medalha alusiva ao terceiro centenário do Padre António Vieira.

A última etapa da estada de Maria de Belém ao Brasil é no Recife, onde a ministra da Saúde participa na cerimónia de inauguração de um novo edifício do Hospital da Beneficência Portuguesa, visita o Clube Português e o Gabinete Português de Leitura. Na capital pernambucana Maria de Belém encontra-se ainda com o governador do estado, Miguel Arraes.

A visita prolonga-se até 16 de Setembro.

INTERNACIONAL

Rússia

UE QUER ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO

A União Europeia preconizou no dia 6 uma economia social de mercado para a Rússia, sugerindo ainda indirectamente às instituições financeiras internacionais que tivessem em conta o impacto das suas receitas de reestruturação sobre a população já desmoriadamente fustigada pela crise económica.

A dimensão social da visão europeia sobre a Rússia foi incluída numa declaração

adoptada no dia 6 pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze, durante uma reunião informal que teve lugar em Salzburgo, na Áustria.

Os chefes da diplomacia dos Quinze também deixaram claro que, sem garantias quanto à continuação das reformas nem a instalação no curto prazo de um novo governo, Moscovo não poderia contar com novos apoios financeiros da União Europeia.

EXPO'98

Arte infantil

## MOSTRA DOS OCEANOS COM PAINEL ECOLÓGICO

«As pessoas não deviam pisar as plantas, nem poluir a água, nem atirar lixo para o chão», disse no dia 5, a Tânia, de nove anos, enquanto pintava um golfinho num painel com 25 metros de comprimento, no recinto da última mega-exposição do milénio, a Expo'98.

A Tânia é uma das 1 500 crianças que passaram, no sábado, pela exposição mundial no âmbito do Dia da Água no recinto, iniciativa conjunta do Instituto Português da Juventude e da Unicer, incluída no Programa «Todos à Expo».

De acordo com Armando Lopes, um dos responsáveis pela iniciativa, este programa traz uma média de cem crianças por dia ao recinto da Expo, provenientes de todo o País. Foi montado um painel debaixo da pala do Pavilhão de Portugal e disponibilizadas tintas, lápis e pincéis, além de moldes com algumas palavras ligadas ao ambiente e animais marinhos, como golfinhos, focas, estrelas do mar e peixes.

Crianças e jovens entre os cinco e 14 anos, vindos da Grande Lisboa, de Santarém, Évora e Castelo Branco, foram passando junto ao painel durante a tarde e deixaram a sua «marca» individual, que podia ser um animal ou uma mensagem para a preservação da natureza.

A organização da iniciativa contactou também escuteiros de Lisboa que vieram dar apoio às crianças, fornecendo material e ajudando a segurar os moldes. Os escuteiros mais jovens, entusiasmados, também ajudaram a decorar o painel, de-



senhando ondas coloridas e plantas.

«Não é só entretenimento, há também um sentido pedagógico porque é deixada uma mensagem a favor da conservação dos oceanos e da natureza no seu todo», disse Armando Lopes.

O painel ficou junto ao Pavilhão de Portugal até ao final do dia. Os responsáveis ainda não sabem o seu destino final, mas garantiram: «Será preservado, com certeza».

### Novos recordes

Foram estas crianças que ajudaram a ba-

ter mais um recorde de entradas na Expo'98. Mais de 110 mil pessoas entraram no recinto da exposição, entre as 9 e as 13 horas, ultrapassando-se assim, logo

ao início da tarde, o recorde absoluto de entradas no recinto num só dia, conforme anunciara a organização.

Mas a marca não duraria muito tempo. Um dia bastou para ser estabelecido um novo recorde de afluência.

Cerca de 138 900 pessoas entraram para visitar, no domingo, dia 6, a última exposição mundial do século XX. Ao todo foram 14 223 entradas registadas depois das 20 horas (Expo-Noite), informou a organização.

A Expo'98 recebera até às 20 horas de sábado 124 631 visitantes, batendo apenas neste período o anterior recorde fixado a 29 de Agosto passado (também num sábado), com 111 574 pessoas.

A maioria dos visitantes voltou a entrar pela Porta do Sol (63 046), seguindo-se a Porta Norte (44 410), do Mar (26 991), do Tejo (4 267) e VIP (140).

A Exibição Náutica liderou o número de visitas, com 61 316 pessoas, seguida pelo Pavilhão do Conhecimento dos Mares (29 685), Utopia (28 339), Oceanário (25 365), Futuro (20 854), Portugal (16 937) e Realidade Virtual (4 362).

HABITAÇÃO

Leonor Coutinho revela

## BAIRROS DA MADRAGOA E SÉ VÃO SER RECUPERADOS

Os bairros da Madragoa, em Lisboa, e da Sé, no Porto, vão ser alvo de uma recuperação urbana. Em conferência de Imprensa realizada ontem, dia 8, no Comissariado para a Renovação Urbana da Ribeira-Barredo, no Porto, a secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, que antes visitara o centro histórico da Sé, na companhia do presidente da Câmara, Fernando Gomes, anunciou que a União Europeia deu o seu «agrément» à recuperação do Convento das Bernardas, no bairro da Madragoa, e do bairro da Sé, no Porto. Assim, aqueles dois núcleos urbanos, serão alvo de várias obras de restauro, no quadro do programa Operacional de Renovação Urbana (IORU).

A intervenção quer no Convento das Bernardas quer no Bairro da Sé constitui um prolongamento do IORU e insere-se no âmbito do próximo quadro comunitário que está em preparação. As duas câmaras municipais vão poder apresentar candidaturas a este programa já a partir de Outubro.

No que respeita ao Convento das Bernardas, um imóvel de grandes dimensões, a autarquia lisboeta vai poder, a partir de Outubro, candidatar-se a verbas do IORU, com o objectivo de realojar os habitantes do imóvel no próprio Convento das Bernardas ou em outros locais da cidade.

Para além da recuperação do imóvel, o projecto prevê a instalação de equipamentos culturais e de lazer.

Para dar uma resposta às enormes carências deste bairro histórico da capital, habitado por uma elevada percentagem de idosos, vai ser construído um centro de acolhimento com capacidade para 80 pessoas.

A reabilitação urbana da Madragoa vai passar também pela dinamização do comércio tradicional, nomeadamente através de uma nova ligação entre a Rua da Esperança e a Rua de Santos-o-Velho.

Por outro lado, e no que respeita ao bairro da Sé, no Porto, a autarquia presidida por Fernando Gomes vai poder prosseguir com o projecto-piloto que já permitiu realojar 155 agregados familiares, 100 dos quais no próprio bairro, e os restantes em outros locais da Cidade Invicta, prevenindo-se que mais 25 famílias possam ser realojadas até ao final do ano.

Com a luz verde da União Europeia, o município do Porto vai assim poder entregar candidaturas para a recuperação do mercado da Rua Escura, beneficiação de arruamentos, apoio ao comércio local, instalação de equipamentos de formação e obras de conservação e restauro da sede da popular colectividade União Desportiva da Sé.

PATRIMÓNIO

Convento de S. Miguel

## MEIO MILHÃO DE CONTOS RECUPERA PATRIMÓNIO

O Convento de S. Miguel, até há pouco tempo em ruínas, foi adquirido pela Associação de Municípios do Oeste (AMO) à Câmara de Óbidos para ali instalar a sua Sede, o Centro de Serviços de Apoio às Actividades Económicas e o Museu Regional Agrícola.

Cerca de meio milhão de contos é quanto vai custar a recuperação do Convento de S. Miguel, nas Gaeiras, Óbidos, considerado uma das mais belas construções da Ordem de S. Francisco, e que nos últimos anos tinha sido alvo de inúmeros actos de vandalismo e pilhagem.

Depois de muitos anos de abandono, o Convento de S. Miguel está finalmente a ser recuperado.

As obras de recuperação iniciaram-se em Abril passado e estão orçadas em mais cerca de meio milhão de contos, dado o adiantado estado de degradação do edifí-



cio, que se encontra praticamente reduzido a escombros.

O investimento, participado em 75 por cento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, está a ser executado por uma empresa de construção civil caldense, prevenindo-se que as obras de recuperação estejam concluídas até Julho de 1999.



## AUTARQUIAS

## INICIATIVAS & EVENTOS

### Abrantes

#### Parque Industrial

Os trabalhos de construção do novo Parque Industrial de Abrantes vão finalmente ter início.

Trata-se de um projecto de grande envergadura que representa um passo significativo na política de desenvolvimento económico que a autarquia de Abrantes tem vindo a implementar.

Com o visto do Tribunal de Contas será agora possível avançar com a execução dos trabalhos, que serão realizados por uma empresa abrantina, numa adjudicação que ultrapassa os 300 mil contos.

De salientar que o investimento total na construção deste Parque Industrial ronda, actualmente, os 600 mil contos.

Este será um investimento significativo que o município de Abrantes está a efectuar no desenvolvimento económico do concelho, uma vez que a construção deste Parque Industrial irá permitir a criação de muitos postos de trabalho e uma correcta instalação de novas empresas, que com o nó de acesso ao IP6 situado mesmo à saída do Parque, poderão facilmente receber e enviar produtos, de e para qualquer ponto do País e estrangeiro.

Abrantes continua assim a ser uma boa terra para viver, trabalhar e, cada vez mais, investir.



### Albufeira

#### II Festival de Gastronomia

Após o êxito alcançado na sua primeira edição, vai realizar-se de 20 a 27 de Setembro o II Festival de Gastronomia do concelho de Albufeira.

A iniciativa que se insere no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Turismo, tem por objectivo promover e divulgar a gastronomia tradicional, incentivando os restaurantes do concelho a incluir nas suas ementas pratos típicos da região.

Assim, quem passar por Albufeira durante o período do certame, tem à sua escolha 15 restaurantes onde poderá apreciar a caldeirada de peixe, cataplana, carapaus

alimados, xerém, bolinhos de amêndoa e outras delícias da gastronomia algarvia.

O júri atribuirá prémios aos três primeiros classificados, ficando os cinco melhores restaurantes automaticamente apurados para o Festival do próximo ano.



#### Obras nas escolas do concelho

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou adjudicar as empreitadas para obras de arranjos exteriores em diversas escolas do ensino básico do concelho.

As obras que vão envolver um investimento na ordem dos 5 500 contos, irão abranger as escolas primárias de Sesmarias, Fontainhas, Vale Carro, Vale Parra e Mouraria.

### Braga

Terreno para posto de saúde

A Câmara Municipal de Braga aprovou no dia 3 a doação à Administração Regional de saúde de um terreno para a construção da extensão de Saúde de Gualtar.



A autarquia, presidida pelo socialista Mesquita Machado, aprovou também o acordo de colaboração proposto ao município pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres relativo a uma contribuição governamental de 100 mil contos para a construção do túnel da Avenida João XXI.

### Fafe

#### Viaturas para as Juntas

Na sequência de deliberação anterior nesse sentido, a Câmara de Fafe disponibilizou desde já a verba de 15 mil contos para permitir às Juntas de Freguesia do concelho a aquisição de carrinhas e outros equipamentos.



#### Apoio ao Lar da Criança

A Câmara Municipal de Fafe deliberou corresponder ao pedido de subsídio de 150 mil contos feito pela direcção do Lar da Criança, em Revelhe.

O subsídio destina-se a apoiar a instalação de um parque infantil para que as crianças disponham de um espaço onde possam brincar em segurança.

### Marinha Grande

#### Reviver o 18 de Janeiro de 1934

No próximo dia 26 de Setembro a Marinha Grande vai reviver, através de uma reconstituição cénica dirigida pelo encenador marinhense Norberto Barroca, o movimento revolucionário do «18 de Janeiro de 1934» protagonizado pelos operários vidreiros, acontecimento que marcou de forma indelével o movimento operário português e, em particular, os vidreiros e a população da Marinha Grande.

A reconstituição cénica deste acontecimento é uma das várias iniciativas culturais incluídas no programa de comemorações dos «250 anos da indústria vidreira».

A Câmara Municipal da Marinha Grande e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira apoiam a recriação desse momento histórico para o operariado, que abalou o regime fascista, e para o qual é necessária a colaboração da comunidade marinhense.

Para o efeito, foram convidadas a participar nesta recriação todas as colectividades de cultura e desporto do concelho, no sentido de ser conseguido o elevado número de figurantes que a reconstituição exige.

Por outro lado, todos os jovens interessados em participar nesta experiência, devem contactar a Divisão de Acção Social e Cultural da Câmara Municipal da Marinha Grande ou obter informações através do

telefone (004) 573 300.

Os palcos onde vai decorrer essa recriação serão os próprios locais onde se viveu o «18 de Janeiro de 1934», ou seja, em Casal Galego, de onde partiu o movimento, passará para o local onde se situava o Correio (largo da Igreja), culminando na Praça Stephens, perto do local onde decorreu o assalto ao Posto da GNR, onde se festejou a vitória e onde se sofreu a derrota, a perseguição, a violência, o medo e a prisão.

São momentos que ficaram para sempre gravados na memória colectiva de todos os marinhenses, que nela puderam aprender a lição de coragem na luta contra as injustiças e a opressão.

Necessário lembrar, porque pedagógico, nomeadamente para os mais distraídos, que no final do consulado laranja, o povo da Marinha Grande foi de novo vítima de uma inconcebível carga policial, aquando de um conflito numa empresa vidreira, tendo resistido corajosamente ao diálogo à base do cassetete tão característico da era cavaquista, em imagens que todo o País pôde ver e que contribuíram também para o fim do Governo do PSD.

### Vila Real de S. António

#### Banho Santo em Manta Rota

Cerca de uma centena de participantes, trajados como antigamente, animaram no dia 29 de Agosto a Praia da Manta Rota, no concelho de Vila Real de S. António, ao reviver o tradicional Banho Santo.



Trajando vestes da zona serrana, os «montanheiros» da actualidade deram o mergulho do ano na Praia da manta Rota, muitos deles acompanhados do inseparável burro, cavalo ou mula.

A iniciativa integrou a Festa de São João da Degola, na Manta Rota, festejos tradicionais organizados pela Associação de Beneficência «A Manta».

O acontecimento mais típico deste evento é o Banho Santo, que evoca a «descida» dos serrenhos montados no seu burro até à praia para «dar banho» na Praia da Manta Rota.

Para além do Banho Santo, a iniciativa teve muita animação. Artesanato, doçaria local, quermesse, jogos tradicionais, ranchos folclóricos, bailes e vendas de bazar constaram do programa que atraiu inúmeros visitantes.



**ALEMANHA**

**Morte de José G. Almeida Sedas**

A Federação do PS na Alemanha está de luto. O camarada José Guilherme Almeida Sedas, um dos mais destacados militantes desta estrutura, faleceu, vítima de doença prolongada.

Fundador da Secção de Hamburgo e da Federação do PS na Alemanha, José Guilherme Almeida Sedas norteou toda a sua actividade política em torno dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, tendo participado empenhadamente em vários movimentos cívicos.

Num comunicado, a Federação do PS na Alemanha, liderada pelo camarada Carlos Mendes, manifestou o seu «pesar pelo desaparecimento do camarada José Guilherme Sedas à sua família e muito especialmente à mulher e nossa camarada Adelina Almeida Sedas».

**COIMBRA**

**Plenário Distrital de Militantes**

No próximo sábado, dia 12, pelas 21 e 30, vai realizar-se um Plenário Distrital de Militantes sobre a Regionalização, organizado pela Federação de Coimbra do PS, que contará com as presenças do líder desta estrutura, o camarada Fausto Correia, e do secretário nacional Jorge Coelho.

O Plenário Distrital de Militantes sobre a Regionalização vai decorrer no Auditório do Instituto Português da Juventude.

Num comunicado a propósito deste evento, a Federação de Coimbra do PS refere que «há mais de 20 anos na Constituição, a Regionalização constitui um compromisso eleitoral que o PS vai honrar e representa uma oportunidade única para alterar o modelo de desenvolvimento que tem caracterizado o País».

Para o PS/Coimbra, «o slogan "A União Faz a Força" traduz o inconformismo do PS face à desertificação do interior e face à massificação do litoral, face às assimetrias que povoam as páginas dos jornais».

«Juntos, nas oito regiões, contribuiremos para que Portugal funcione como um todo e não a meio gás. A Regionalização não é feita contra ninguém, é realizada com as pessoas no centro das preocupações. Com a Regionalização, as decisões serão tomadas mais depressa, sem burocracia, perto dos cidadãos e por quem melhor conhece as realidades local e regional», lê-se no comunicado.

Conforme referem os socialistas de Coimbra no comunicado, «"A União Faz a Força" significa que Portugal - país dos Descobrimientos, que participa no euro, que faz a Expo-98, que participa na ONU com projecção, que tem nas portuguesas e portuguesas a força da nossa dimensão - não se mede aos palmos».

**LOURIÇAL**

**Coelho contra retórica do passado**

A freguesia do Lourçal, a uma dezena de quilómetros de Pombal, foi o local escolhido pelo camarada Jorge Coelho para iniciar no passado dia 5 o périplo pelo País, tendo como pano de fundo o referendo sobre a regionalização agendado para o dia 8 de Novembro.

Perante cerca de mil socialistas e simpatizantes presentes num almoço-comício que decorreu no pavilhão do Instituto D. João V, no Lourçal, o secretário nacional do PS Jorge Coelho desmontou os argumentos dos adversários da regionalização.

No seu discurso de improvisado, o camarada Jorge Coelho disse que as vozes pelo «Portu-

gal único» lhe lembram «o passado do Portugal uno e indivisível», numa clara alusão aos velhos «slogans» dos ideólogos do Estado Novo.

E a ideia de que «a regionalização vai dividir o País, segundo essa mesmas vozes, é um logro completo, pois existem hoje portugueses de primeira e segunda, situação que contraria frontalmente o espírito de coesão que alguns defendem», acrescentou o camarada Jorge Coelho por entre fortes aplausos dos cerca de mil socialistas presentes no pavilhão do Instituto D. João V, no Lourçal.

**VILA REAL**

**Festa de Verão**

A Federação Distrital de Vila Real do PS realiza no próximo dia 13, domingo, na barragem de Vila Pouca de Aguiar, a sua Festa de Verão.

Este ano, a iniciativa decorrerá sob o lema «Pela Região Trás-os-Montes e Alto Douro». O camarada António José Seguro, coordenador da Comissão Permanente do PS, fará uma intervenção política.

A animação musical estará a cargo de Quim Barreiros e de Dinis Rodrigues.

Num comunicado, os socialistas de Vila Real referem que «a beleza do local e o lema desta festa-convívio constituem razões suficientes para uma participação maciça de todos os transmontano-durienses, independentemente das suas simpatias partidárias».

**CAMPANHA DO REFERENDO**

**PS formaliza participação**

O PS formalizou no dia 6 na Comissão Nacional de Eleições (CNE) a vontade de participar na campanha do referendo sobre a regionalização de 8 de Novembro.

**ENCONTRO PS NORTE-SUL**

**«A regionalização não é um erro colossal»**

«A regionalização não é um erro colossal.» Com esta frase lapidar o camarada João Soares tornou-se na grande estrela do encontro Norte-Sul entre as federações de Entre Douro e Minho e Lisboa e Setúbal, que decorreu no passado dia 6, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Porta-voz deste encontro de socialistas, o camarada João Soares esclareceu que está envolvido «nesta batalha de forma convicta e em coerência» com o seu percurso político.

O presidente da Câmara de Lisboa e líder de uma tendência no interior do PS destacou ainda a aposta «em princípios importantes no quadro de uma democracia plena como a nossa».

Fernando Gomes, por sua vez, disse que «Lisboa e Porto são complementares», acrescentando que «é sobretudo o resto do País que nos traz aqui».

No comunicado final é feita referência às potencialidades da região de Entre Douro e Minho para competir de igual para igual com outras regiões no quadro ibérico.

O documento salienta ainda as capacidades e potencialidades da região de Lisboa e Setúbal em se afirmar «como um pólo de desenvolvimento no quadro ibérico e europeu, capitalizando, a favor do País, o prestígio e dinamismo de Lisboa, importante capital europeia».

PROTECÇÃO CIVIL

Carlos Garrido



## A RESPOSTA LOCAL ÀS CATÁSTROFES

Ultimamente a Comunicação Social tem publicado frequentemente notícias sobre a *Protecção Civil*, não só devido aos trágicos acontecimentos recentemente ocorridos nos Açores e no Alentejo, como também por esta se ter mostrado ineficaz na resposta às aludidas catástrofes, de acordo com o relatório do provedor de Justiça, que foi publicamente divulgado.

Creemos que a questão reside em diversos factores de ordem estrutural e que dificilmente outras pessoas, diferentes dos intervenientes que então actuaram directa ou indirectamente no auxílio às populações sinistradas, teriam tido um melhor desempenho.

Para prevenir futuras disfunções na resposta às catástrofes, a solução terá que consistir em actuar sobre os referidos factores, o que não é de modo nenhum uma tarefa fácil porque a maior parte deles não são manejáveis a curto prazo.

Não cabendo aqui fazer uma análise exaustiva destes factores, importa, contudo, aludir a um aspecto que, tanto quanto sabemos, não tem sido suficientemente anali-

sado. Trata-se da filosofia da concepção do sistema de resposta às catástrofes, que é mais amplo e transcende a *Protecção Civil*.

Olhando para as experiências estrangeiras neste domínio, constatamos que existem dois tipos de respostas às catástrofes: há o *modelo centralizado* e o *modelo descentralizado*.

Quando se opta pelo modelo centralizado, constata-se que raramente as entidades centrais e, especialmente os governos estrangeiros e as agências internacionais que prestam assistência e auxílio às populações localizadas na zona de impacto da catástrofe, têm uma acção eficiente.

Este frequente falhanço na sua acção pós-catástrofe é devido ao facto de aquelas entidades não conhecerem suficientemente as condições locais para darem a resposta eficiente.

O nível central é importante sobretudo na coordenação das acções.

Mostra a experiência que no período imediatamente a seguir às catástrofes, as populações, na maior parte das vezes, não entram em pânico, desenvolvendo compor-

tamentos de ajuda e de cooperação.

O modelo descentralizado tem em consideração que a resposta local assenta na tendência para a cooperação e entreadjuada das populações sinistradas, devidamente enquadradas pelas estruturas locais, a qual é potenciada quando existe uma cultura de catástrofe (prevenção e resposta às catástrofes).

As necessidades pós-catástrofe e as soluções são evidentes: constituição de equipas de salvamento, assistência médica aos sinistrados, desobstrução de escombros, provisão de alguns bens e serviços essenciais, e a urgência da actuação não se compadece com prolongados tempos de espera.

Em Portugal, segundo foi recentemente divulgado, cerca de metade dos concelhos do País não tem serviços municipais de protecção civil e apenas quatro por cento dos municípios possuem planos de emergência próprios. É grave tal lacuna, mas é louvável o reconhecimento desta situação. Por um lado, há que preencher estas lacunas e, por outro, é preciso testar a operacionalidade dos serviços municipais

de protecção civil e dos citados planos de emergência.

Qual é o papel das Freguesias e das populações na resposta local às catástrofes? Que campanhas e que planos de formação estão previstos para elevar o nível cultural das populações neste domínio?

Portugal é um dos países em que o poder político está mais centralizado, ao nível europeu. As dificuldades com que a regionalização do País se está a deparar é testemunho recente disso, havendo o perigo da tendência para a centralização do poder prejudicar uma solução que privilegie as potencialidades do poder local.

Mas é imprescindível que se aproveitem e desenvolvam todas as virtudes de resposta local às catástrofes, por serem mais eficientes no salvamento de vidas humanas e por serem economicamente mais racionais. Ao definirmos os cenários para o desenvolvimento económico e social teremos que entrar com novos constrangimentos, ditados pela alteração de *geografia das catástrofes* e introduzir as adaptações institucionais necessárias e fomentar a cultura propícia à defesa comum.

REGIONALIZAÇÃO

Amílcar Augusto



## DESMONTANDO ARGUMENTOS

Das críticas mais frequentes que tenho ouvido aos adeptos do Não à Regionalização a de que a despesa pública vai ser aumentada e isto vai sair do bolso do contribuinte, é talvez a que maior acolhimento tem tido. Este argumento tem sido combatido, por um lado, por aqueles que têm a coragem de frontalmente dar a cara e dizer que não é assim, a despesa pública não só não vai ser aumentada, mas até, pelo contrário, embora não o afirmando claramente, fazem crer que vai ser reduzida. E, por outro lado, pelos que prudentemente querem fazer crer que o que interessa ter em conta não é o aumento dos custos mas sim a melhoria dos resultados. Isto quer dizer que se os benefícios forem superiores aos custos valerá a pena o esforço da regionalização. Recordo aqui que, ao analisarmos um projecto, há sempre um muito maior grau de incerteza e menor aceitação, para quem tem de decidir, na estimativa dos benefícios do que na dos custos, tendo ainda em conta que muitos dos benefícios não são tangíveis e por isso não entram nos cálculos.

A bandeira da descentralização, da delega-

ção de competências e de responsabilidades, por outro lado, por si só, não constitui um argumento de confiança porque os não regionalistas também já a arvoram, dizendo Descentralização Sim, Regionalização Não. Algumas outras opiniões ouvidas aqui e acolá dizem só ficarão convencidos pelo Sim desde que lhes demonstrem inequivocamente que a Administração Central vai perder «gorduras», isto significa integrar parte da sua organização nas estruturas regionais. Para responder a estas questões argumenta-se com a integração dos cerca de 1 400 efectivos das CCR's nas estruturas orgânicas regionais e com a extinção dos lugares de governadores civis e das suas estruturas de apoio.

Estes argumentos, porém, não têm sido ainda suficientemente fortes para convencer os que teimosamente continuam, qual velhos do Restelo, a ver as maiores desgraças para o País, caso o Sim à Regionalização ganhe no próximo referendo.

Também se tem ouvido dizer que a campanha pelo Sim à Regionalização tem de ser pedagógica, opinião com a qual estou inteiramente de acordo, que a linguagem a

usar terá de ser inteligível para o auditório a quem o discurso se destinar, com o que também concordo e que todos os argumentos usados até hoje, quer pelo Sim quer pelo Não poderão facilmente ser combatidos por qualquer das partes, o que também se tem vindo a constatar.

No entanto, há um argumento muito forte a favor do Sim e contra o qual ainda nada ouvi dizer. É que Portugal e a Grécia são os únicos países da Europa comunitária que não têm uma divisão administrativa por regiões. E por coincidência (?) são os que estão na cauda da Europa. Será que lhes faltou mais rapidamente? Será que estas ao competirem entre si poderiam ter proporcionado uma capacidade competitiva que permitisse um posicionamento mais próximo, não direi dos países mais ricos, mas pelos menos dos da média comunitária?

Claro que aqueles que dizem Não vão continuar a dizer que nada disso o País precisa de estar unido é demasiado pequeno para estar dividido em regiões, as grandes decisões têm de ser tomadas centralizadamente, perdem-se os benefi-

cios dos efeitos de escala, então e as auto-estradas como é que se revolve esse problema? E a educação? E a saúde? etc., etc.. Não se esqueçam porém que se trata de uma reforma administrativa que procura, sobretudo, deslocar os centros de decisão para os locais onde as necessidades se justificam, encurtando os respectivos canais e consequentemente os tempos de decisão, proporcionando um controlo orçamental de maior rigor, um melhor seguimento dos projectos e dos compromissos assumidos. E não me venham dizer que não se trata de uma reforma administrativa mas sim política porque a política está necessariamente envolvida em todas as decisões do governo quer elas sejam administrativas ou quaisquer outras.

Os velhos do Restelo que não tenham receio da mudança porque se o Mundo muda Portugal para progredir terá de adaptar-se à mudança, tornando-se cada vez mais competitivo, o que só conseguirá se adaptar os modelos de organização dos países comunitários mais avançados.

Se resultou com os outros porque não há de resultar connosco?



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

**Comemorações na Amadora**

As comemorações do XIX aniversário do município decorrem, até ao domingo, dia 13, nos Recreios da Amadora com um animado espectáculo de variedades.

**Geminação cultural em Albufeira**

De 12 de Setembro a 4 de Outubro vai estar presente na Galeria Municipal a exposição de pintura intitulada «Cores de Cabo Verde».

A mostra da autoria da cabo-verdiana Anybel Silva, natural da cidade da Praia, insere-se no âmbito do programa de comemorações do 1º aniversário da geminação Albufeira/Ilha do Sal. O programa de animação da Biblioteca Municipal prossegue esta semana com a exibição, no dia 15, às 10 e 30 e às 15 horas, do filme «Tintin – O Charuto do Faraó».

**Folclore em Braga**

O Grupo Folclórico Danças e Cantares de Forjães actuará, no domingo, no Arnoso Santa Eulália.

No mesmo dia, em São Tiago da Carreira, realizar-se-á o Festival de Folclore do Rancho Folclórico da Flor do Monte.

**Concurso no Cartaxo**

O concurso «Macau na Expo. Aproximar para Conhecer» recebe trabalhos até ao dia 20. Mais informações pelo telefone (043) 700 250.

**Didáctica em Cascais**

No dia 14 será inaugurada a mostra didáctica «O Pianista José Viana da Mota», na Casa da Verdade de Faria – Museu da Música Portuguesa.

**Fados em Coimbra**

O Grupo de Fados da AAC (Associação Académica de Coimbra) actuará, hoje e na quarta-feira, dia 15, pelas 22 horas, no Arco de Almedina e na Praça 8 de Maio, respectivamente.

O espectáculo insere-se no âmbito do programa «Noites de Verão'98», dinamizado pela autarquia local.

**Música popular em Fafe**

O programa de animação musical de Verão prossegue, desta feita, no dia 12, com a participação do grupo local Mak Fam.

**Festas em Faro**

«Faro – Cidade Viva» é o evento que chega ao fim amanhã, na Doca de Faro, encerrando, igualmente, o programa das Festas da Cidade.

O Desporto-Aventura reserva para este domingo, dia 13, às 10 horas, um passeio em canoa na Ria Formosa.

**Variedades em Elvas**

O sábado é o dia escolhido para um espectáculo de variedades que promete divertir miúdos e graúdos.

**Animação na Horta**

Todas as sextas-feiras, às 21 e 30, na Praça do Infante D. Henrique, há muita animação de Verão com actuações de grupos musicais.

**Dança em Lisboa**

A Praça do Império, em Belém, será hoje palco para a actuação de Charlie & The Blues Cats.

Nas salas de cinema lisboetas exibir-se-á, a partir de amanhã, pela primeira vez, «O Corcunda» («Le Bossu» no original). Trata-se de um filme realizado por Philippe de Broca que conta com as interpretações de Daniel Autouil, Fabrice Luchini, Marie Gillain e Vicent Perez. Se não teve oportunidade de assistir à peça «Um Sonho» de August Strindberg, então não perca a sua última «chance». É que o Teatro da Cornucópia, no Bairro Alto, vai repô-la a partir de amanhã e até ao dia 25 de Outubro. No mesmo local, o Grupo de Dança Folclórica Coreana actuará no dia 15, apresentando um programa de dança e música tradicionais da Coreia.

Não esqueça que no «Foyer» do pequeno auditório do Centro Cultural de Belém espera por si a exposição «Corpo expressa o Corpo», uma mostra fotográfica de dança de Jorge Gonçalves e que permanecerá aberta ao público até ao final de Dezembro.

**Teatro na Marinha Grande**

A delegação de Leiria do Inatel, com o apoio da edilidade da Marinha Grande, vai promover, durante todo o mês de Setembro, uma mostra de teatro da Zona Centro.

Os seis espectáculos programados para esta mostra decorrerão no Auditório do Sport Operário Marinhense.

Esta semana, mais precisamente amanhã, a partir das 21 e 430, poderá assistir à peça «Não se Paga, Não se Paga», a cargo do Grupo de Teatro do Centro Dramático Bernardo Santareno (Delegação de Santarém).

**Dramas em Óbidos**

Integrada no programa das «Bruixes'98», idealizado pela Câmara Municipal em torno da exposição «Bruzaria. Objectos Insólitos e Criaturas Fantásticas», patente no Solar da Praça de Santa Maria, até ao dia 27, decorrerá, no próximo sábado, dia 12, pelas 22 horas, uma dramatização de rua com base em textos onde surgem algumas das vertentes da temática da bruxaria, denominada «Dramas de Bruxas e Fadas Vicentinas».

**Pintura em Portimão**

«Danças Balinesas» é o espectáculo que os Made Djimat levarão à Av. Pacheco Leão, no sábado, às 22 horas. No fim-de-semana acontecerá a VI Concentração de Motards, no Moto Clube de Portimão.

A mostra dos trabalhos do pintor Pires de

Sousa encontra-se patente ao público no Antigo Mercado Municipal.

**Cinema no Porto**

«Cinema no Parque», um ciclo de cinema ao ar livre com música ao vivo a decorrer no Parque Desportivo de Ramalde, é uma sugestão irrecusável para os amantes da sétima arte, hoje e amanhã, às 21 e 30.

O espectáculo de teatro «Paysage Choisi», de Federico Garcia Lorca, ocupará o Pequeno Auditório do Rivoli – Teatro Municipal a partir de hoje e até domingo, decorrendo depois, entre os dias 15 e 20, o ciclo de cinema «Gershwin 100!», integrado nas comemorações do centenário do compositor.

**Exposição em Sintra**

A mostra de pintura de Francisco Gaia será aberta ao público, no dia 12. Poderá visitar esta exposição, até ao dia 7 de Outubro, no Museu Regional de Sintra.

Se for apreciador de animais tão maravilhosos como o são os cavalos, então não perca, todas as quartas-feiras deste mês, os espectáculos da Escola Portuguesa de Arte Equestre, pelas 11 horas, no Palácio Nacional de Queluz.

**Motos em Valença**

A Biblioteca Municipal promove uma sessão de vídeo, amanhã, às 16 e 30, em que será exibida a fita «O Pequeno Aldrabão».

Também a partir de amanhã, e no que a sétima arte diz respeito, não perca a exibição do filme realizado por Mikael Salomon, com Morgan Freeman e Christian Slater nos principais papéis. Trata-se de «Aguas Mortíferas», na sala de cinema até ao dia 15.

No próximo fim-de-semana (sábado, dia 12 e domingo, dia 13) assista a uma Concentração Motard organizada pelo Moto Clube Nacional 101.

As pinturas de Marisa Miguez poderão ser apreciadas na Sala de Exposições até terça-feira, dia 15.

A partir de quarta-feira e até ao final do mês visite a exposição de pintura que será exibida, também na Sala de Exposições, e que são da autoria de Maria Artemisa.

No mesmo dia 16, a Hora do Conto começará, pelas 16 e 30, com «Estrelinha, o Gato Astronauta».

SUGESTÃO

**ROSAS & ICTUS**

Muito vídeo, mas também muita música ao vivo, é isso que promete o filme sobre dança de Rosas, com acompanhamento musical, *in loco*, pelo Ictus. Em «Tippeke», Anne Teresa De Keersmaeker conta-nos a história de um rapazinho que só vai para casa se a mãe o levar ao colo.

Este filme, que é ambientado com música ao vivo, encontra-se a cargo do conhecido e reconhecido grupo de música contemporânea Ictus Ensemble.

A partir de um pequeno poema infantil, o cineasta Thierry de Mey realizou um filme marcado pelo intimismo e o carácter particular do seu ambiente.

De Mey é, igualmente, responsável pela realização de «Rosas danst Rosas», um clássico do repertório de De Keersmaeker.

Este dinâmico filme teve como cenário os magníficos edifícios que saíram da prancha do famoso arquitecto Henry Vandeveldde.

«Rosa» é uma obra de Peter Greenaway, que data de 1944. Este impressionante filme a preto-e-branco revela-nos um dueto poético entre dois bailarinos que dançam ao som da sonata para viola de Bartok.

Trata-se, pois, de um convite irrecusável para os amantes do lirismo, da beleza rítmica e cromática. Em suma, Rosas & Ictus é um espectáculo a não perder, no domingo, dia 13, pelas 22 horas na Praça Sony da exposição Mundial de Lisboa – Expo'98 (vídeo-stadium).

**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**Secreta Primavera transcendente**

*No luar branco dos mortos  
Segreda uma lenda de sangue  
Bailando numa infância esmagada.*

*No luar lívido da morte  
Um bailado de lágrimas vazias  
É a minha alma destruída  
Mas ressurrecta no sol invisível  
De uma secreta primavera transcendente*

Fernando Botto Semedo

PORTALEGRE

**I Feira de Artesanato e Gastronomia**

10 e 13 de Setembro  
Jardim da Corredoura

Informações: (045) 300 120

ÚLTIMA COLUNA

Joel Hasse Ferreira



# OS IRRESPONSÁVEIS, AS CRISES E O FUTURO

O prof. Cavaco Silva fez recentemente as contas dos custos da regionalização nas costas de um envelope. E, claro, fazendo dos outros parvos, quis-nos convencer de que tais custos seriam elevadíssimos, o que ele não tinha entendido em 1991, quando o PSD votou favoravelmente na Assembleia da República a Lei-Quadro da Regionalização. Mas não tinha bem estudado em 1995, quando alterou radicalmente a posição do PSD e passou a ser contra a regionalização. Porque se em 95 tivesse o assunto estudado, certamente agora nos daria esses elementos que poderiam ter servido de base para fundamentar a modificação de posição do PSD. Há neste conjunto de atitudes uma irresponsabilidade politicamente similar mas com significado eticamente muito diverso. Marcelo e seus apaniguados elaboraram uma estratégia de actuação que passa pelo enlamear de adversários políticos, pelo trucidar dos antigos governantes cavaquistas que trabalham na esfera económica, pela aliança de responsáveis empresariais públicos e privados. É preciso manchar a honra das pessoas para se conseguirem os objectivos políticos, à mingua de se ter princípios claros e propostas sérias. Enquanto o antigo chefe e o actual dirigente

do PSD procuram confundir a opinião pública em duas questões essenciais: a da regionalização e a dos negócios entre o Estado e as empresas, o mundo não pára. As crises económicas do Japão, da Rússia e de vários países sul-americanos vão tendo os seus impactos amortecidos na União Europeia. A forma como a economia portuguesa e diversas economias europeias têm reagido às crises económicas mencionadas, é condicionada pela própria constituição do EURO. A moeda única europeia, ainda antes de circular realmente, só por já ter sido decidida a sua criação, tem constituído uma sólida barreira na futura zona do EURO às instabilidades e turbulências monetárias e financeiras, reduzindo o impacto dos factores negativos. É claro que há alguns factos que constituem vulnerabilidades de base daquelas economias em crise. A situação da Rússia que não chegou a adoptar de forma consequente uma estratégia de transição da economia planificada em crise para uma economia de mercado que garantisse a solidariedade social não se compadece apenas com as receitas do FMI mas necessita de formas mais sofisticadas de solidariedade internacional. Quanto ao Japão, existe um problema profundo que tem a ver com a necessidade de

alterar uma estratégia de crescimento económico e de inserção na economia mundial que vinha sendo seguido, de certa forma, desde o pós-segunda guerra mundial. Para além da análise das vulnerabilidades de algumas economias sul-americanas merecer um reflexão aprofundada. Numa situação em que o Governo de Portugal e o PS procuram simultaneamente continuar a combater o desemprego e a exclusão social, promover o crescimento económico de forma acelerada, continuar a assegurar o equilíbrio financeiro, qualificando melhor as pessoas e apoiando o reforço das entidades económicas, os líderes actuais e antigos da oposição mais não conseguem do que dedicar-se à mistificação e fazer cabriolas políticas. A situação é séria. Há muitos factores positivos e um conjunto grande de vulnerabilidades. Não nos podemos preocupar com o facto de os cães ladrarem; não podemos deixar que nos mordam as canelas e que prejudiquem o povo português. Há que combater as mistificações anti-regionalizadoras, prosseguir com uma correcta aplicação de uma estratégia económico-social e procurar influir no que o futuro nos poderá reservar, muito activamente em Portugal, de forma interveniente à escala europeia.

DIXIT

«O meu conceito de felicidade é não ter infelizes à minha volta.»  
**Emídio Guerreiro**  
Público, 6 de Setembro

«Não haverá nenhuma reforma fiscal séria que não vise pôr fim ao escândalo das empresas e dos indivíduos que não pagam impostos e que se recomendam.»  
**Miguel Sousa Tavares**  
Público, 4 de Setembro

«Conheço um tipo que se gabava de ter ganho num ano um milhão de contos na bolsa e de não ter pago um tostão de impostos sobre os lucros. Tem um Jaguar descapotável, uma casa no Estoril e outra no Algarve, em nome de uma empresa de actividade inexistente.»  
**Idem, ibidem**

«Os rendimentos do trabalho não podem ser taxados à mesma escala que os rendimentos do capital ou da propriedade: quem ganha mil contos na bolsa não pode pagar a mesma taxa de quem ganha mil contos a trabalhar.»  
**Idem, ibidem**

«É possível ter maioria sem qualquer um dos ministros deste Governo. Só não é possível sem Guterres.»  
**Fernando Gomes**  
Diário de Notícias, 6 de Setembro

«De todos os adversários da regionalização, Cavaco Silva é o menos credível.»  
**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

|   |                 |
|---|-----------------|
| Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura. |                 |
| Cheque  | Vale de correio |
| 6 meses   | 12 meses        |
| Valor   | \$              |

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

| ASSINATURAS       | 6 MESES 2 NÚMEROS | 12 MESES 4 NÚMEROS |
|-------------------|-------------------|--------------------|
| Continente        | 500\$             | 800\$              |
| Regiões Autónomas | 700\$             | 1.200\$            |
| Macau             | 1.300\$           | 2.400\$            |
| Europa            | 1.500\$           | 2.900\$            |
| Resto do Mundo    | 2.300\$           | 4.400\$            |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

|  |                 |
|--|-----------------|
| Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura. |                 |
| Cheque   | Vale de correio |
| 6 meses  | 12 meses        |
| Valor  | \$              |

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

| ASSINATURAS       | 6 MESES 26 NÚMEROS | 12 MESES 52 NÚMEROS |
|-------------------|--------------------|---------------------|
| Continente        | 1.650\$            | 3.250\$             |
| Regiões Autónomas | 2.400\$            | 4.600\$             |
| Macau             | 4.600\$            | 9.100\$             |
| Europa            | 5.500\$            | 10.800\$            |
| Resto do Mundo    | 8.500\$            | 16.600\$            |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

**Ficha Técnica**

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Maria João Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

---

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz